

## CAPÍTULO 2

### A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE ITAPETINGA: A CIDADE CONSTRUÍDA DENTRO DO JOGO DO PODER.

Em uma sociedade capitalista, a cidade e o espaço em geral, não pertencem a seus habitantes e não são modelados em função de seus interesses, e sim de acordo com os interesses às vezes contraditórios de uma série de agentes. Na essência estes agentes são: os proprietários dos meios de produção; os proprietários do solo; os promotores imobiliários e as empresas da construção; e, por último, os organismos públicos, agentes e árbitros ao mesmo tempo no processo de produção do espaço urbano – agentes enquanto realizam operações concretas que contribuem para modelar a cidade, e árbitros enquanto intervêm nos conflitos surgidos entre os outros agentes contribuindo para superar suas contradições.<sup>89</sup>

Considerando a existência de diversos agentes envolvidos no processo de produção do espaço urbano de Itapetinga, serão analisadas, neste capítulo, as interações das diversas práticas desses agentes e os seus resultados na configuração espacial da cidade durante as cinco décadas compreendidas entre os anos de 1952 e 2002.

Especificamente nesta cidade, na maioria dos casos, os papéis dos principais agentes se confundem pois, até menos de uma década atrás, os proprietários do solo urbano eram, ao mesmo tempo, os maiores proprietários dos meios de produção – a propriedade rural agrária – e, também, os representantes do Estado. Uma vez que a atuação dos promotores imobiliários e empresas de construção pode

---

<sup>89</sup> CAPEL, Horacio. *Capitalismo y Morfología Urbana en España*. Barcelona: Círculo de Lectores, 1990. p.83. Tradução nossa.

ser considerada inexpressiva, é possível afirmar que apenas a classe dos detentores do capital, no caso os produtores rurais, concentrou, durante quase meio século, praticamente todo o poder de determinação na produção do espaço urbano, utilizando os mecanismos legais à sua disposição ou realizando sua atuação à margem dos mesmos mecanismos e conseguindo sua regularização legal posteriormente. Apesar dessa confusão de papéis, serão abordadas, separadamente, nas páginas seguintes, as ações desses agentes nos diferentes aspectos de sua atuação.

## 2.1 A PRESENÇA DO ESTADO ATRAVÉS DA NORMATIVA JURÍDICA

Algumas iniciativas foram tomadas pelo Estado no sentido produzir uma normativa jurídica capaz de regular a atuação dos agentes responsáveis pela produção do espaço urbano de Itapetinga. Dentre estas iniciativas merece destaque, como citado em 1.4.2, a elaboração de dois planos diretores: o plano elaborado em 1972, através de convênio entre o SAAU/UFBA e a Prefeitura Municipal de Itapetinga<sup>90</sup> e o plano elaborado em 1981, elaborado pela empresa de consultoria PROURB, este último transformado em lei em 1982.

Não compete a este trabalho julgar a eficácia das normas estabelecidas. Entretanto, pode-se constatar que essas normas não passaram de simples discurso retórico, sendo transgredidas impunemente, na maioria dos casos, de acordo com interesses específicos dos agentes detentores do poder. Desta forma, a expansão da cidade se realizou, quase sempre, à margem da normativa legal, que só era aplicada em situações onde era vantajoso a esses agentes. Como consequência, o

---

<sup>90</sup> Esse plano nunca foi sequer apreciado pela Câmara de Vereadores para sua aprovação.

que se encontra impresso no espaço construído de Itapetinga é uma grande discrepância entre a cidade planejada, idealizada, e a cidade real.

### **2.1.1 A cidade planejada e a cidade real**

Uma das funções do Estado dentro do processo de produção do espaço urbano é a de agir como mediador dos conflitos existentes entre os diversos agentes que aí atuam, utilizando, como ferramenta para o exercício da função, a normativa jurídica institucionalmente estabelecida. Entretanto, o que observamos em Itapetinga é a total ineficácia do Estado no exercício deste papel. Dentre os motivos determinantes para tal ineficácia, destaca-se o receio do poder público municipal em cumprir a lei quando ela vai de encontro aos interesses da classe detentoras do capital, principalmente quando os agentes dessa classe são aqueles que lhe oferecem suporte político.

Além disso, a falta de pessoal qualificado nos quadros da administração pública tem dificultado a própria interpretação da lei e a fiscalização para que seja cumprida. Ao longo de toda a sua história, a administração pública de Itapetinga tem contado com apenas um profissional de nível superior, normalmente um engenheiro, para o desempenho de todas as funções relacionadas à sua área de atuação. Assim, um único profissional é ao mesmo tempo o secretário de obras e viações públicas e o responsável pelo planejamento urbano e análise de todas as construções e loteamentos submetidos à aprovação. Muitas vezes, este mesmo profissional ainda acumula, também, as funções de secretário de transportes e técnico responsável pelas grandes obras empreendidas pelo poder público. Nestas condições, mesmo havendo boa vontade no cumprimento da legislação urbana, sua

viabilização concreta se torna extremamente difícil, por falta de recursos humanos em condições de atender às demandas necessárias à realização da tarefa.

Para agravar ainda mais o quadro, os baixos salários praticados levam os técnicos da prefeitura a assumirem outras responsabilidades junto à iniciativa privada. A duplicidade de funções conduz à situação conflitante em que o próprio técnico responsável pela aprovação do projeto e fiscalização da obra é também o responsável técnico pelo projeto e construção da mesma edificação. Nessa situação, um único agente é ao mesmo tempo o árbitro e o defensor de uma das partes, dentro do jogo de interesses que é a produção do espaço urbano.

Para ilustrar a referida discrepância entre a cidade real e a cidade planejada, foram levantados alguns dados empíricos referentes ao espaço urbano de Itapetinga e comparados à normativa legal existente.

No que se refere ao parcelamento do solo, a Lei Municipal N.º 362 de 1982<sup>91</sup>, que dispõe sobre o parcelamento do solo da Cidade de Itapetinga e dá outras providências, estabelece que isso só é possível depois de licença prévia concedida pela prefeitura. O proprietário do loteamento deveria, conforme a lei, solicitar da prefeitura o estabelecimento de diretrizes; com bases nas diretrizes, elaborar projeto; submeter o projeto à aprovação; executar as obras do plano de arruamento e loteamento e fazer a doação dos logradouros públicos à prefeitura; para, só então, obter a aprovação final do loteamento junto a este órgão. Entretanto, o que se tem observado constantemente é que os loteamentos são postos à venda antes mesmo

---

<sup>91</sup> ITAPETINGA. Lei Municipal N.º 362 de 1982. Dispõe sobre o parcelamento do solo da Cidade de Itapetinga e dá outras providências. Itapetinga, 1982.

da sua aprovação, e esta aprovação, bem como as das edificações, é feita, via de regra, sem a observância de nenhum tipo de legislação, seja ela municipal ou federal.

Em relação aos equipamentos urbanos, a lei<sup>92</sup> determina como responsabilidade do proprietário a execução de serviços de infra-estrutura como: sistema completo de escoamento de águas pluviais; obras de retificação de rios, córregos ou fundos de vales; obras de proteção contra erosão; instalação das redes de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica para iluminação pública e ligações domiciliares. Entretanto, o que se observa é que de todos os loteamentos implantados após a aprovação desta lei, apenas no Loteamento Recanto da Colina estes serviços foram executados à custa do proprietário. Nos outros casos, ficou a cargo do poder público financiar, a fundo perdido e com recursos municipais, os lucros obtidos pela iniciativa privada.

No que tange à reserva mínima de 35% dos espaços loteados para áreas públicas, destinadas à circulação e implementação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como a espaços livres de uso público, conforme assegurado pela legislação federal na Lei 6.766/1979 e ratificada na Lei Municipal n.º 362 de 1982, o que podemos observar, de acordo com a tabela 7, é que, de todos os loteamentos aprovados e registrados após a aprovação dessas leis, apenas quatro atendem a exigência legal.

É sabido que a lei 9.785, de 29 de janeiro de 1999, revoga o parágrafo da 6.766/1979 que se refere a essa exigência, deixando a cargo dos municípios o

---

<sup>92</sup> Ibid.

estabelecimento destes parâmetros. Entretanto, mesmo considerando esta situação, os loteamentos de Itapetinga que não atendem à condição mínima continuam à margem da legislação, por dois motivos. Inicialmente, porque, quando foram aprovados, a Lei 6.766/99 ainda se encontrava em vigor em sua plenitude e, em última instância, porque a legislação municipal vigente no período ratifica os parâmetros estabelecidos por esta lei.

**Tabela 7 – Áreas totais e reservas de áreas públicas nos loteamentos aprovados em Itapetinga – BA, a partir de 1982.**

Loteamento	Área total (m <sup>2</sup> )	Reserva para áreas públicas (m <sup>2</sup> )	% da área reservada em relação à área total
Vila Aurora	44.740	15.550	35
Quatrocentos e Quinze	68.139	16.000	23
Recanto da Colina	680.231	...	...
Volta Grande	183.288	59.171	32
Quintas do Morumbi	917.123	346.542	37
Quintas do Sul	683.281	227.590	33
Califórnia	119.967	44.700	37
Vila Sônia	122.478	26.850	22
Vila Nery*	91.939	23.930	26
Vila Rosa	84.831	18.300	21
Vila Maria	50.887	18.607	37

FONTE: Áreas calculadas pela autora a partir do mapa digitalizado em AutoCAD, elaborado com base em dados obtidos a partir das plantas dos loteamentos existentes na prefeitura.

\* grande parte das áreas públicas foram ocupadas com moradia na Vila Nery (Vila Suzano) e Quintas do Morumbi (Américo Nogueira)

Nos poucos casos em que a reserva de áreas públicas é igual ou superior a 35%, estas áreas ou estão localizadas em terrenos de difícil aproveitamento ou, apesar de já estarem asseguradas por lei, entraram como parte da negociação realizada entre a prefeitura e o proprietário para que a prefeitura assumisse os

custos da execução dos serviços de infra-estrutura que seriam de responsabilidade do proprietário, conforme já citado anteriormente.

Além disso, numa interpretação incorreta a respeito do significado da reserva de áreas públicas, em períodos de eleições, o poder público permitiu a ocupação destes espaços pela população de baixa renda. Entretanto, essa ocupação ocorreu sem nenhum tipo de planejamento, com objetivos meramente eleitoreiros e sem que o poder público tivesse qualquer preocupação em estabelecer condições mínimas de habitabilidade das áreas ocupadas. Esse é o caso do atual bairro Américo Nogueira, intitulado como “Entre-Ricos” pelos seus moradores (painel 15 – fotos 65 e 66), constituído em áreas públicas do Loteamento Quintas do Morumbi e do bairro Vila Suzano (painel 15 – foto 64), reservas públicas do loteamento Vila Nery (ver mapa temático 6).

Nestas áreas de baixa qualidade ambiental (painel 15 – fotos 64 e 66), as características são sempre semelhantes: pobreza, condições materiais precárias, inacessibilidade e nenhuma infra-estrutura. Ainda que haja vontade política, reverter este panorama se torna uma tarefa de difícil solução técnica. Nestas áreas são encontrados lotes construídos sob rede elétrica de alta tensão; localizados em áreas alagadiças, onde a implementação de esgotamento sanitário e drenagem exige soluções que envolvem custos elevados; com construções implantadas sem obedecer a nenhum tipo de alinhamento, e edificações que não atendem às condições mínimas de salubridade. Na vila Suzano (painel 13 – foto 55), em algumas ruas posteriormente pavimentadas pela prefeitura, a maior parte da rede de esgotos implantada se encontra ociosa devido à inexistência de instalações sanitárias nas residências.

Por outro lado, de todos os loteamentos apresentados à prefeitura para serem submetidos à aprovação, apenas o Recanto da Colina, o Vila Maria e os loteamentos de propriedade de José Vaz Espinheira apresentam projetos assinados por um responsável técnico devidamente credenciado pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (C.R.E.A), órgão que regulamenta o exercício dessa profissão. Além disso, não existe nenhum tipo de fiscalização para verificar se a venda dos lotes está realmente de acordo com o projeto apresentado. Vale ressaltar ainda que, sendo José Vaz Espinheira também o engenheiro responsável técnico pelos loteamentos aprovados de sua propriedade, a tática adotada era afastar-se do cargo de prefeito por alguns dias fazendo assumir o vice-prefeito, enquanto eram avaliados os projetos de sua autoria, e voltar ao cargo logo após sua aprovação.

Esta estratégia foi adotada com o loteamento Quintas do Norte, cuja venda de lotes foi questionada em juízo, pelo decreto n.º 1.229, de 02/03/1983, da Prefeitura Municipal de Itapetinga. Este loteamento voltou a ser aprovado e registrado em 1999, a despeito do parecer técnico do Arquiteto Antônio Heliodório Lima Sampaio<sup>93</sup>, em 1983, de que o projeto de loteamento apresentado para a área à prefeitura, embora arbitrariamente aprovado, poderia e deveria ser questionado em juízo. Dentre os aspectos argumentados nesse parecer, está o de que o projeto do loteamento fere a Legislação Municipal e a Federal, no que se refere às exigências de áreas mínimas para equipamentos sociais e comunitários, bem como, por ocupar, com edificações, áreas com declividade acima dos padrões estabelecidos nessas Leis. Além disso, parte do loteamento encontra-se fora do perímetro urbano,

---

<sup>93</sup> SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. Parecer Técnico sobre a área afetada pelo decreto n.o 1.229 de 02/03/1983, da Prefeitura Municipal de Itapetinga.



constituindo-se, portanto, em solo rural não passível de ser parcelado para habitação. Contrariando o parecer, parte dos lotes já foram comercializados, na contemporaneidade, sem que as recomendações de enquadramento nas condições técnicas fossem atendidas.

### **2.1.2 A ilegalidade nas edificações e arrecadação pública**

Apesar de não se constituir em objeto específico deste estudo, alguns dados merecem ser avaliados por revelarem que a ilegalidade, na constituição do espaço urbano de Itapetinga, não está presente apenas no que se refere aos loteamentos, mas também no que diz respeito às edificações.

As informações básicas municipais do IBGE – 1999 apontam a enorme discrepância entre o número de autorizações para construção e a quantidade de “habite-se” fornecidos pela prefeitura nos anos de 1997 e 1998. Em 1997, com 76 licenças para construção, apenas foram emitidos 4 “habite-se” e em 1998 estes números são 72 e 5 respectivamente.

Esta situação fica ainda mais grave se considerarmos que a grande maioria das construções sequer solicita o alvará de autorização para a construção. Na tabela 8 pode ser vista a discrepância existente entre os números, fornecidos pelo SAAE, de ligação de água e os números de alvarás emitidos pela prefeitura durante as últimas duas décadas nesta cidade. Observando todos os anos em que os dados foram disponibilizados, pode ser visto que sempre menos que 50% das residências que solicitaram ligações de água tiveram sua construção legalizada pela prefeitura.

Quadro este mais evidente no último período em estudo neste trabalho, de 1996 a 2001, quando esta relação está sempre em valores inferiores a 25%.

**Tabela 8 – Número de ligações de água e alvarás expedidos para construção em Itapetinga – BA (1991/2001).**

Ano	Ligações de água efetuadas	Alvarás expedidos	Ano	Ligações de água efetuadas	Alvarás expedidos
1982	355	105	1992	468	67
1983	551	207	1993	361	154
1984	*	226	1994	358	106
1985	*	181	1995	320	59
1986	*	158	1996	418	57
1987	*	249	1997	364	76
1988	561	120	1998	430	72
1889	442	177	1999	430	85
1990	365	159	2000	563	74
1991	505	180	2001	779	91

FONTES: Dados fornecidos pelo SAAE e pela Prefeitura Municipal de Itapetinga

\* Dados não disponíveis no SAAE

Além disso, ainda segundo as informações básicas municipais do IBGE em 1999, outro dado indica o índice de inadimplência na arrecadação municipal: a diferença entre o número de prédios cadastrados no Cadastro Imobiliário em 1998, 11.365 prédios, e o número dos que efetivamente pagaram o IPTU nesse mesmo ano, 3.409. O mesmo pode ser observado em relação às Unidades Territoriais, de 6.126 unidades cadastradas apenas 1.837 pagaram IPTU.

## 2.2 O ESTADO COMO AGENTE NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Ao mesmo tempo em que atua como árbitro na mediação dos confrontos existentes na produção do espaço urbano, o Estado é, também, um dos agentes responsáveis diretos por esta produção, ao realizar operações concretas que contribuem para modelar a cidade.

Quando estabelece prioridades para implementação dos equipamentos e obras de infra-estrutura e determina suas localizações, o Estado está contribuindo diretamente nesta modelagem da cidade. Em Itapetinga, as estradas de rodagem (painel 13 – foto 52) podem ser consideradas como os elementos estruturantes que mais influenciaram na produção do espaço urbano. A princípio, o próprio fato de estar localizada numa posição estratégica de confluência de rodovias<sup>94</sup> que ligam vários municípios já fortalece a posição de pólo regional da cidade, o que vai influenciar decisivamente na configuração do espaço urbano (mapa temático 02). Por outro lado, a maneira como essas rodovias se inserem no seu tecido urbano tem sido determinante no estabelecimento de seus vetores de expansão.

A rodovia que liga Ilhéus a Vitória da Conquista, passando por Itapetinga, influenciou fortemente a sua configuração espacial em duas oportunidades diferentes: inicialmente, na época de sua inauguração, em 1941, por se constituir no principal eixo em torno do qual a cidade primeiramente se expandiu e, posteriormente, quando da sua transposição, em 1977, quando passou a se estabelecer um novo vetor de crescimento da cidade em sua direção. Esse

---

<sup>94</sup> Ver Introdução: Alguns aspectos relevantes sobre Itapetinga.

crescimento se deu principalmente ao longo do eixo onde se insere a estrada que leva a Itarantim, Maiquinique e Macarani, reforçando uma nova centralidade na avenida que leva ao cruzamento das duas vias. Por último, ainda a rodovia Ilhéus-Conquista constitui-se, hoje, em uma barreira ao crescimento na direção sul, impedindo que a cidade comece a se espalhar indefinidamente nessa direção. Dessa forma, a maior parte do espaço urbano de Itapetinga, na contemporaneidade encontra-se delimitado pela rodovia em seu antigo e atual traçado (ver mapas temáticos 09 e 13).

Na década de 70, a grande expansão energética foi um outro fator determinante na expansão urbana para loteamentos que tinham sua ocupação inexpressiva ou inexistente, como foi o caso dos bairros Clodoaldo Costa, Otávio Camões e Vila Riachão.

Com relação às escolas públicas, o que se observa, ao longo da história, é uma política que prioriza a construção de grandes obras, em detrimento de escolas menores melhor distribuídas no espaço urbano. Dessa forma, o que se percebe é a grande oferta de salas de aula concentradas em alguns espaços da cidade em grandes colégios como o Alfredo Dutra, Noraíce Gusmão, CAIC, Colégio Polivalente e Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (painel 13 – foto 53) enquanto em vários locais a demanda por sala de aula não consegue ser atendida. A localização destes equipamentos (mapa temático 05) contribuiu para valorização do solo e ocupação das áreas em seu entorno.

A localização de outros equipamentos urbanos também foram determinantes na valorização do solo, no estabelecimento do padrão de ocupação de determinadas

áreas e na configuração espacial da cidade, dentre eles destacam-se: os equipamentos relacionados às atividades centrais como a prefeitura e o fórum (painel 13 – foto 54); o aeroporto e parque de exposições (painel 14 – foto 63); as centrais de abastecimento I e II; a estação rodoviária; os parques municipais da Matinha e da Lagoa; o complexo policial e os cemitérios Jardim da Saudade e Parque da Eternidade.

Por outro lado, as atuações urbanísticas e empreendimentos em equipamentos só podem ser feitos em terrenos públicos ou através da desapropriação de solo privado. Como o solo municipal é escasso, em muitos casos, se faz necessária a desapropriação, que depende de indenização dos proprietários. Como o recurso para a indenização também é, geralmente, escasso, a escolha das áreas a serem desapropriadas para implementação dos equipamentos, muitas vezes, não está atrelada à questão técnica, mas depende da relação política entre o proprietário do solo e a administração municipal. Uma vez que a maioria dos proprietários prefere não ter sua propriedade desapropriada, devido à baixa remuneração oferecida pela indenização, a opção é desapropriar terras de proprietários que não se constituem em suporte políticos ao poder estabelecido.

O Estado também atua na produção do espaço urbano quando funciona como subsidiário para atender as demandas não satisfeitas pela iniciativa privada, ou seja, aquelas necessidades e demandas que dependem de grande investimento e lento retorno, não representando grande atrativo para o investimento de capital. Como chama a atenção Capel <sup>95</sup>, um dos casos mais claros de como atua este princípio,

---

<sup>95</sup>CAPEL, Horacio. *Capitalismo y Morfología Urbana en España*. Barcelona: Círculo de lectores, 1990.

constitui a construção de habitação popular. Sendo a moradia elemento indispensável à força de trabalho e como seu elevado déficit pode repercutir na “paz social”, o Estado se converte em agente produtor de alojamentos, para atender as necessidades daqueles estratos da população que não conseguem ter acesso à oferta existente no mercado.

Em Itapetinga, uma vez que a atividade pecuária se caracteriza pelo baixo emprego de mão-de-obra e que, a pouca mão-de-obra utilizada nessa atividade vive no campo, a demanda por moradia para reprodução da força de trabalho vinha sendo baixa ao longo da história. Dessa forma, poucas foram as iniciativas do poder público em investir no setor. Tais iniciativas resumem-se à construção de casas populares (painel 13 – fotos 56 e 57) assim distribuídas: casas construídas no Bairro Camacã I para os desabrigados do “Enfeza Homem”, ainda na condição de Vila; Nova Itapetinga e “Lunolândia” durante o período relacionado à implantação da indústria de laticínios; “rua do Arame”, “Agarradinho”, Vila Isabel e Vila Suzano no período da estagnação econômica; e casas dispersas no período mais recente relacionado à implantação do distrito industrial. No total, o número de unidades oferecidas durante estes 50 anos de estudo não ultrapassa a 1000 moradias. Assim sendo, várias famílias ainda se encontram habitando em áreas de risco, próximas ao rio Catolé (painel 15 – fotos 67, 68 e 69), sujeitas a desabamento e inundações, o que leva as pessoas a ficarem desabrigadas a cada vez que este rio sofre uma enchente.

## 2.3 A PROPRIEDADE FUNDIÁRIA

Os interesses da iniciativa privada e, principalmente, a estrutura da propriedade do solo têm desempenhado papel determinante na construção, crescimento e transformação da cidade de Itapetinga. Neste município, a propriedade do solo assume dois aspectos que merecem ser considerados: o solo rural, a fazenda de pecuária, entendida como bem natural onde se deposita trabalho – grande determinante do processo de acumulação do capital na região – e o solo urbano, cujo mercado é o principal gerador dos problemas urbanos. No caso em estudo, o que se pode observar em relação à propriedade do solo, seja ele urbano ou rural, é a grande presença do monopólio.

A propriedade privada da terra confere a esta um caráter de mercadoria e com isso um preço de mercado. Historicamente, em Itapetinga, o preço de mercado da terra rural, é indexado em arroba do boi gordo, o preço de 1 alqueire (equivalente, na região, a 19,36 hectares) tem variado em torno do valor de 1.000 arrobas. Portanto, sua compra só tem sido acessível a determinadas classes sociais, aquelas que detêm o capital. O fato de terem investido capital na compra da terra leva os produtores capitalistas a pretenderem retirar dela a renda capitalista.

### 2.3.1 A concentração fundiária

Os índices de Gini calculados por Hassegawa, para a Região de Itapetinga, visto em 1.4.1, demonstram a concentração da propriedade rural (ver tabela 4, p. 91). Em relação ao solo urbano, observando o mapa temático 06 e a tabela 09, vê-se que apenas 13 proprietários foram os responsáveis pelo parcelamento de todo o solo loteado dentro do perímetro urbano.

Das terras loteadas 67,12% concentram-se nas mãos de três proprietários. Apenas a família Espinheira – inicialmente José Vaz Espinheira em sociedade com seu irmão Alípio Espinheira e, mais tarde, através da imobiliária Astrolina que foi assumida pelos herdeiros de José Vaz após a sua morte – é responsável pelo loteamento de 18,14% do perímetro urbano atual, o que equivale a 44,90% do total da área loteada.

**Tabela 9 – Proprietários do solo parcelado dentro do espaço urbano de Itapetinga – BA (1924/2000)**

Proprietário	Área (m <sup>2</sup> )	% do perímetro	% da Área Loteada
Família Espinheira	2.469.376	18,14	44,90
IMOL – Imobiliária Oliveira Ltda.	680.231	5,00	12,37
Clodoaldo Costa	541.618	3,98	9,85
Gerson de Oliveira Costa	454.622	3,34	8,27
Octávio Camões de Araújo	321.966	2,37	5,85
Clero Pedreira	246.200	1,81	4,48
José Leal Ivo e Herdeiros	231.772	1,70	4,21
Gerson da Costa Pinto	221.552	1,63	4,03
Manoel da Silva Nery	138.325	1,02	2,52
Julmerinda M. Sales	67.597	0,50	1,23
Francisco Mororó	44.740	0,33	0,81
Altamirando R. do Santos	25.228	0,19	0,46
Júlio Santos	23.197	0,17	0,42
Dados Insuficientes	19.530	0,14	0,36
Núcleo Inicial	13.370	0,10	0,24
<b>Área TOTAL loteada</b>	<b>5.499.324</b>	<b>40,40</b>	<b>100,00</b>
<b>Outros usos Urbanos</b>	<b>3.980.086</b>	<b>29,24</b>	<b>..</b>
<b>Área total Urbanizada</b>	<b>9.479.410</b>	<b>69,64</b>	<b>..</b>
Sítios e pastos	4.133.241	30,36	..
Área total do Perímetro	13.612.651	100,00	..

FONTE: Áreas calculadas pela autora a partir do mapa digitalizado em AutoCAD, elaborado com base em dados de pesquisa de campo.



Ribeiro afirma que o debate sobre a propriedade fundiária só tomará caminhos mais profícuos se partir de uma constatação fundamental: “o fato de que a terra é um bem não produzido que, portanto, não tem valor, mas que adquire um preço”<sup>96</sup>. Entretanto, como argumenta este autor, “um bem não produzido não pode ter seu preço regulado pela oferta, pois não há lei regulando a sua oferta”<sup>97</sup>. Esta constatação justificaria a grande necessidade da ação do Estado no sentido de intervir nos mecanismos de valorização da terra. Entretanto, o que percebemos no Brasil e demais países da América Latina é que “o crescimento urbano continua a produzir irracionalidades na ocupação do solo”<sup>98</sup>, devido à ineficácia do Estado em relação ao controle do desenvolvimento urbano, mesmo dispondo de um conjunto de instrumentos jurídicos e institucionais de intervenção que formalmente permitiriam este controle.

Ainda para esse autor, a relação entre o mercado de terras e o processo de estruturação das cidades é vista como decorrente, de um lado, das imperfeições de funcionamento desse mercado que permitem a especulação com os preços fundiários e, de outro, da estreita ligação entre a valorização fundiária e investimentos públicos em infra-estrutura e equipamentos urbanos.

### **2.3.2 Os proprietários do solo como agentes na produção do espaço urbano**

Estando a cidade de Itapetinga ilhada entre as fazendas, seu crescimento urbano tem estado, ao longo da história, à mercê da especulação imobiliária. A

---

<sup>96</sup> RIBEIRO, L. C. de Q. *Dos Cortiços aos Condomínios Fechados: As Formas de Produção de Moradia na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997. p. 39.

<sup>97</sup> *Ibidem*. p. 39.

<sup>98</sup> *Ibidem*. p. 39.

especulação encontra-se impressa no traçado da cidade, desde as ruas mais antigas até as ocupações mais contemporâneas. Dessa forma, até mesmo os serviços públicos e as obras de infra-estrutura urbana têm encontrado sérios obstáculos à sua implementação, devido a características como descontinuidade física dos espaços ocupados, ruas desencontradas, lotes muito pequenos, vendas de áreas reservadas para logradouros e loteamentos realizados sem levantamento planialtimétrico.

Possuindo o domínio exclusivo sobre o mercado e influenciando diretamente nas decisões do Estado relativas às prioridades, e localização dos grandes investimentos públicos, como já observado no capítulo anterior, os donos da terra, em Itapetinga, encontram aí todas as facilidades para retirar, do solo urbano, o maior proveito, escolhendo a alternativa que melhor lhes convier.

As áreas localizadas dentro do perímetro urbano, e cuja localização e zoneamento são favoráveis à exploração com residências de alto padrão, têm uma maior valorização. Nesta situação, torna-se vantajoso realizar o loteamento dentro dos parâmetros legais. Para isto, o poder de barganha do proprietário do solo na definição do perímetro urbano e do zoneamento é fundamental.

Em Itapetinga, os benefícios adquiridos, a partir desse poder de barganha, podem ser observados claramente em diversas situações, dentre as quais, um caso específico merece destaque. Na comparação do perímetro urbano estabelecido no Decreto de Lei n.º 1.094 de 04 de Janeiro de 1979 – assinado pelo então prefeito José Vaz Espinheira e ratificado no conjunto de plantas do Plano elaborado pelo PROURB, aprovado em 1982 – com o proposto no Plano do SAAU/UFBA, em 1972,

observa-se um aumento de 117% na área delimitada – de 6.272.860 m<sup>2</sup> para 13.612.651 m<sup>2</sup>. O incremento de área se deu apesar do crescimento da população urbana durante o período da década de 70, que separa as duas propostas, ter sido bastante inferior – apenas 21,92% – e da inexpressiva expansão da malha urbana no mesmo período.

Esse fato, possibilitou a José Vaz Espinheira, prefeito responsável pelo referido decreto de lei e pela elaboração do último plano, a aprovação, dentro dos limites do novo perímetro, dos loteamentos Quintas do Morumbi e Quatrocentos e Quinze, além de uma parte do Jardim Morumbi (painel 14 – fotos 59, 61 e 62), o que equivale a dobrar a área total loteada de sua propriedade (comparar mapas temáticos 06, 07 e 08).

Para confirmar que a área estabelecida no perímetro urbano legal estava muito além da área efetivamente necessária à expansão urbana da cidade, mesmo considerando largos horizontes de tempo, pode-se observar que, na cidade contemporânea, mais de 20 anos após a publicação do referido decreto, quase a totalidade do espaço ampliado, em relação à proposta inicial do SAAU/UFBA, encontra-se ainda com ocupação abaixo de 40% ou completamente desocupada. Essa situação, que eleva sensivelmente os custos de implementação e operação da infra-estrutura e dos equipamentos urbanos, pode ser observada comparando os mapas temáticos 07, 08 e 10.

Além disso, os equipamentos urbanos propostos para as proximidades da área do Jardim Morumbi e Quintas do Morumbi, como o Centro Científico e Cultural

e o Centro Alternativo<sup>99</sup>, que podem ser vistos no mapa temático 08, bem como o zoneamento<sup>100</sup> proposto para a área onde se inserem os referidos loteamentos, reforçam o caráter elitista dessas áreas e, conseqüentemente, elevam o seu valor. Como resultado, observa-se o traçado desses espaços urbanos com lotes espaçosos e avenidas largas e ajardinadas contrastando com a malha densa da mancha urbana mais antiga da cidade (painel 14 – foto 58).

Nos loteamentos, em terrenos menos valorizados devido à sua proximidade com a rodovia e sua topografia mais acidentada, como é o caso dos bairros Califórnia, Quatrocentos e Quinze e parte do Clodoaldo Costa, a estratégia utilizada foi aumentar a densidade de forma a elevar ao máximo possível o número de lotes oferecidos a custos acessíveis à população de baixa renda, possibilitando, assim, otimizar a renda adquirida a partir da venda da terra. Nestes loteamentos, lotes chegam a 5 metros de testada com 100 m<sup>2</sup> de área, dimensões muito inferiores aos 200 m<sup>2</sup> de área e 10 m de testada estabelecidos para estas zonas no Plano Diretor. As altas densidades estabelecidas, se por um lado favorecem a implementação de infra-estrutura urbana, por outro dificultam as condições mínimas de ventilação, iluminação e higiene, provocando alta insalubridade e péssimas condições de vida.

Nos bairros próximos à grande Indústria de laticínios, na zona denominada pelo Plano Diretor de Zona de Expansão Clerolândia e Vila Isabel, devido ao seu afastamento da área central e das áreas mais bem servidas de infra-estrutura, o valor do solo atinge valores bem inferiores. Nestas áreas, a própria legislação

---

<sup>99</sup> Esses equipamentos não foram implementados.

<sup>100</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA. *Lei N.º 361/1982. Dispõe sobre o ordenamento do uso e ocupação do solo da área de atuação do Plano Diretor Urbano da Cidade de Itapetinga*. Itapetinga: Câmara de Vereadores, 1982. Anexo 5 – quadro do ordenamento do uso e ocupação do solo.

Municipal estabelece, para os lotes, limites inferiores aos mínimos de 125 m<sup>2</sup> de área e testadas de 5 m estabelecidos pela Lei 6.766/1979<sup>101</sup>, que dispõe sobre o parcelamento do solo e dá outras providências. Pela legislação Municipal os lotes nestas áreas podem chegar até a 100 m<sup>2</sup> de área e 4m de testada. Este é o caso das expansões ocorridas nos bairros de Vila Rosa, Vila Nery e Vila Riachão. Nos dois últimos casos a situação, ainda mais grave, pode ser vista no mapa temático 06 onde se observa que a maior parte da Vila Riachão e a totalidade da Vila Nery e Vila Suzano encontram-se instaladas fora do perímetro urbano.

No ano de 1982, logo após a aprovação do Plano Diretor onde se encontra delimitado o perímetro urbano, já estabelecido em decreto de lei assinado pelo próprio José Vaz Espinheira, este prefeito ainda conseguiria aprovar e registrar o loteamento Quintas do Sul (mapa temático 06), de sua propriedade, com uma área total de 683.363 m<sup>2</sup>, mesmo com 79% desta área total encontrando-se fora do perímetro. Atualmente, esses terrenos estão sendo vendidos e ocupados e com padrões de ocupação completamente diferentes dos estabelecidos na planta submetida à aprovação em 1982.

Uma das estratégias utilizadas pela iniciativa privada quando estabelece estes loteamentos fora do perímetro urbano é a venda dos primeiros lotes como área rural, bastando, para esta caracterização, que a parcela seja registrada na escritura em hectares e não em metros quadrados, independentemente do tamanho de sua área. Assim, encontramos a situação absurda de parcelamentos “rurais” com glebas de até 100 m<sup>2</sup>, ou seja, 0,01 ha. O poder público, conivente com a situação, finge

---

<sup>101</sup> BRASIL Lei 6.766 de 19 de Dezembro de 1979 que dispõe sobre o parcelamento do solo e dá outras providências.

ignorar sua existência. Entretanto, devido à grande demanda e pressão exercida pelos moradores, posteriormente a prefeitura vê-se obrigada a implementar infraestrutura urbana nessas áreas tratando-as como áreas urbanas e, conseqüentemente, agregando valor ao solo nas áreas em seu entorno. Isso gera uma situação de conflito, uma vez que tais áreas, apesar de estarem servidas por serviços urbanos, não pagam o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU).

Enquanto Itapetinga se espalha para fora do seu perímetro urbano, ainda é encontrada dentro deste perímetro, devido à grande área comprometida em comparação com a efetivamente demandada, uma grande quantidade de sítios ainda com características rurais. Estas áreas representam verdadeiros vazios urbanos em terras próximas a áreas dotadas de infra-estrutura e que estão sendo especuladas até atingirem o preço desejado para serem oferecidas ao mercado.

Por outro lado, os poucos terrenos vazios ainda existentes nas áreas centrais encontram-se retidos nas mãos de poucos proprietários que nem promovem qualquer investimento nestes lotes nem os disponibilizam para venda. Especulando, esperam conseguir, no futuro, uma maior renda. Assim, o preço de construções degradadas no centro da cidade, que apenas se prestam à demolição para o aproveitamento do solo, chegam a assumir valores exorbitantes se comparados a outras áreas da cidade. Enquanto o metro quadrado do solo urbano é vendido por valores que variam de 10 a 15 reais nas regiões periféricas, nas áreas centrais (painel 14 – foto 60) estas construções são vendidas por valores que podem chegar a 700 reais por metro quadrado, o que representa até 7.000% do valor obtido nas áreas periféricas.

## 2.4 A LOCALIZAÇÃO DAS GRANDES EMPRESAS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Outro fator determinante na organização e crescimento da cidade é a localização dos meios de produção, principalmente a indústria. Entretanto, essa localização, apesar de sua grande interferência na produção do espaço urbano, em via de regra, obedece às estratégias de seus proprietários e não a uma diretriz planejada pelo poder público.

A indústria, que detém o capital e, conseqüentemente, maior poder de barganha, possui uma série de exigências quanto ao uso do solo e, devido a este poder de barganha, tem total prioridade em relação a outros segmentos na escolha da área para sua localização, que atenda melhor às necessidades de amplos espaços para suas instalações e, se possível, para instalações futuras, além de uma determinada localização estratégica.

Além disso, as relações financeiras e políticas dão às grandes empresas a possibilidade de pressionar diretamente aos escalões superiores da administração para obter vantagens administrativas e legais para fazerem sua instalação: preparação do solo; desapropriações, infra-estruturas etc.

Em Itapetinga, o Plano Diretor aprovado estabelecia uma área específica destinada às instalações industriais. Para esta área foram direcionados investimentos públicos com vista à atração de indústrias e aí se instalou o MAFRIP. Entretanto, a instalação do “Distrito Industrial”, se deu em uma outra área, de escolha exclusiva da principal empresa a ser instalada, a Azaléia do Nordeste (ver

mapas temáticos 08 e 09), sem um prévio estudo dos possíveis efeitos de impacto, inclusive ambientais, da implantação nessa localização. A área escolhida por esta empresa representa um marco simbólico na imagem da cidade, uma vez que se localiza estrategicamente na principal porta de entrada do sítio urbano. Com isso, a qualquer viajante que passe pela estrada, a cidade de Itapetinga fica imediatamente associada à imagem da empresa.

Essa exigência determinou a desapropriação e estabelecimento de toda a infra-estrutura na área de 50 ha escolhida para a implantação do Distrito Industrial, às custas do poder público <sup>102</sup>, além da necessidade de criar elementos de estrutura urbana em seu entorno que permitam a moradia e fácil deslocamento dos operários em direção à indústria. As mesmas exigências e processo de escolha se deram na instalação de todos os outros galpões localizados em Itapetinga e em outras cidades da região.

Vale ressaltar, o grande volume de terraplenagem realizado para a implantação do Distrito Industrial. Ao invés de adequar as construções à topografia do terreno, optou-se por transformar toda a área de 50 hectares em um grande platô. Esta situação possibilita a montagem ou desmontagem de uma indústria em curto espaço de tempo e a baixos custos, facilitando a sua mobilidade espacial para onde for conveniente, condição perfeitamente alinhada à idéia da “flexibilidade”, como será visto no capítulo 3. Por outro lado, o grande movimento de terra realizado, além de envolver grandes custos com o dinheiro público, provoca um grande impacto ambiental.

---

<sup>102</sup> Ver Capítulo 3



Esse caso torna-se ainda mais grave, quando se considera que toda a área do distrito já foi devidamente terraplenada e infra-estruturada mesmo contando, inicialmente, apenas com a instalação indústria Azaléia no local – que ocupa 30 hectares do terreno, apenas 60% da área total – e que, até o presente momento, ou seja, mais de quatro anos depois, apenas mais uma nova empresa, produtora de embalagens, encontra-se em instalação. O risco é que, no futuro, mesmo que surjam novas empresas na cidade, optem por outra localização, como é o caso da Indústria Brasileira de Bicicletas (IBB), que se instalou fora da área destinada ao distrito aproveitando instalações existentes de uma antiga concessionária de automóveis, sem levar em consideração a decisão do poder público municipal de concentrar as novas indústrias naquele local. Dessa forma, o grande investimento despendido torna-se em vão.

## 2.5 OS PROMOTORES IMOBILIÁRIOS E AS CONSTRUTORAS

Em Itapetinga, devido à baixa demanda por moradia para reprodução da força de trabalho, citada em 2.2, até o presente momento os investimentos da iniciativa privada em construção e incorporação de habitação têm sido ainda inexpressivos. Em relação às residências destinadas às classes de alto poder aquisitivo, apenas três edifícios foram incorporados, os edifícios Juvino Oliveira e Quintas do Morumbi, empreendimentos privados associados ao excedente da produção pecuária, e o edifício Morada Real, construído em sistema de condomínio.

Com relação à habitação popular destacam-se dois empreendimentos: a construção de conjunto habitacional pela URBIS S.A. em terreno doado pela prefeitura, na década de 1970, e a construção de 350 casas pela construtora

Ecosane, no início da década de 1990, financiada pela Caixa Econômica Federal e com infra-estrutura fornecida pela prefeitura para famílias com rendimento de até três salários mínimos. O valor das prestações das casas da Ecosane, entretanto, se tornou proibitivo para a população de faixa de renda a que se destinava.

## 2.6 AS MARCAS DA DESIGUALDADE NO ESPAÇO URBANO CONSTITUÍDO

Os dados apresentados ilustram que, na cidade de Itapetinga, a normativa legal só se tem prestado a ser cumprida quando atende os interesses dos agentes detentores do poder econômico e conseqüentemente político. Assim sendo, estes agentes encontram-se à vontade para moldar a cidade da maneira que lhes é conveniente, não só no que diz respeito à obediência ou não da lei como também por sua capacidade de definir o estabelecimento de prioridades no que se refere à atração de investimentos públicos e sua aplicação. O resultado desse processo tem sido o grande distanciamento entre a cidade planejada e a cidade real e quadro de desigualdades e segregação espacial impresso no espaço urbano. O distanciamento da cidade planejada passa a ser esperado quando os planos tentam submeter a cidade a uma racionalidade determinada por modelos pré-estabelecidos, sem considerar a dinâmica e as forças locais.

O ESTADO COMO AGENTE NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.  
ITAPETINGA-BA



52



53



54



55



56



57

Fotos: Dom Fontinelli (2000)

Foto 52 – Estrada Ilhéus- Conquista.

Foto 53 – Colégio Luís Eduardo Magalhães.

Foto 54 – Fórum(1) e Prefeitura(2) – Centro da Cidade

Foto 55 – Instalação de infra-estrutura no bairro Vila Suzano.

Foto 56 – Casas populares – Vila Suzano.

Foto 57 – Construção de casas populares – Bairro Américo Nogueira.



## VISTAS AÉREAS DO ESPAÇO URBANO. ITAPETINGA-BA



Fotos: Dom Fontinelli (2000)

*Foto 58 – Jardim Morumbi, Centro e Camacã.*

*Foto 59 – Quintas do Morumbi, Jardim Morumbi.*

*Foto 60 – Centro.*

*Foto 61 – Jardim Morumbi.*

*Foto 62 – Parque Municipal da Lagoa, Jardim Morumbi, Quatrocentos e Quinze e Califórnia.*

*Foto 63 – Parque de Exposições e Recanto da Colina*



## A PRECARIIDADE DO ESPAÇO URBANO. ITAPETINGA-BA



Fotos 64,65,67,68 e 69: Dom Fontinelli (2000); foto 66: Nelma Gusmão de Oliveira (2002).

*Foto 64 – Vila Nery e Vila Suzano e Vila Riachão.*

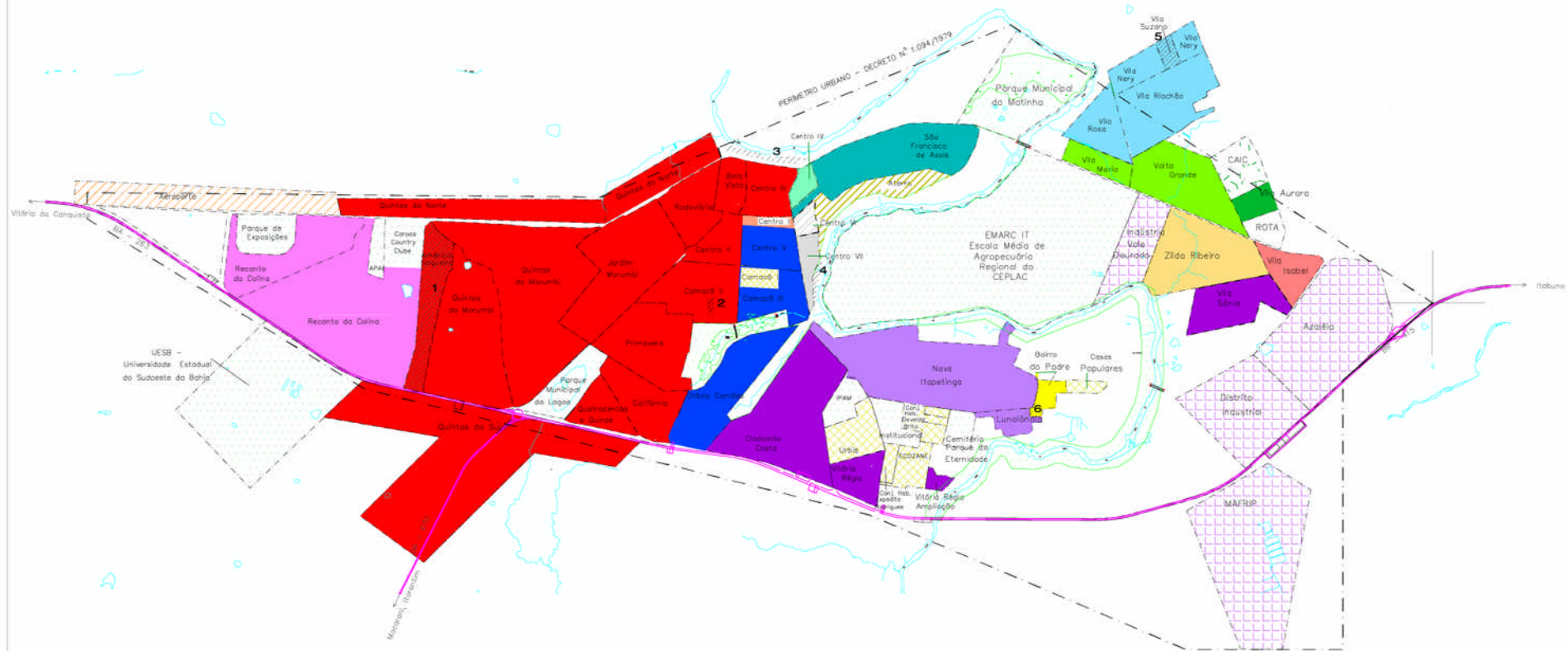
*Foto 65 – Habitações no bairro Américo Nogueira.*

*Foto 66 – Bairro Américo Nogueira.*

*Fotos 67, 68 e 69 – Ocupações em áreas inundáveis do rio Catolé.*

Espaço Urbano de Itapetinga - BA

LOTEAMENTOS E PROPRIETÁRIOS



LEGENDA

Rios e Lagos

RODOVIAS

PERÍMETRO URBANO

PROPRIETÁRIOS DOS LOTEAMENTOS

- Núcleo inicial
- Altamirando R. dos Santos
- Família Espinheira
- Cleo Pedreira
- Cidadão Costa

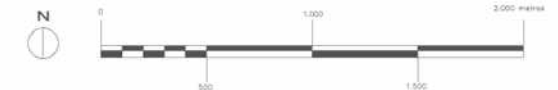
- Francisco Mororé
- Gerson Costa Pinto
- Gerson Oliveira Costa
- Imobiliária Oliveira LTDA.
- José Leal Ivo e Herdeiros
- Jiló Santos
- Jumerinda Sales
- Manoel da Silva Nery
- Otávio Camões
- Insuficiência de dados

ÁREAS DE AMBIENTE PRECÁRIO

- 1 América Nogueira (Entre Rios)
- 2 Troncado
- 3 Áreas inundáveis do Rio Catolé
- 4 Favela do Mercado
- 5 Vila Suzano
- 6 Rua do Arame

OUTRAS ÁREAS

- Áreas Industriais
- Áreas de habitação para fim social
- Áreas Institucionais predominantemente Verde
- Áreas Verdes de Preservação e Lazer
- Áreas pertencentes à administração Municipal
- Aeroporto
- Sítios e Pastos



FONTES:

- PLANTAS DOS LOTEAMENTOS
- DADOS OBTIDOS NOS CARTÓRIOS DE REGISTROS DE IMÓVEIS DAS COMARCAS DE ITAPETINGA E ITAMBÉ.

BASE CARTOGRÁFICA:

LEVANTAMENTO AEROFOTOGAMÉTRICO  
COMPANHIA DE AÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL-CAR -1998

ELABORADO POR:

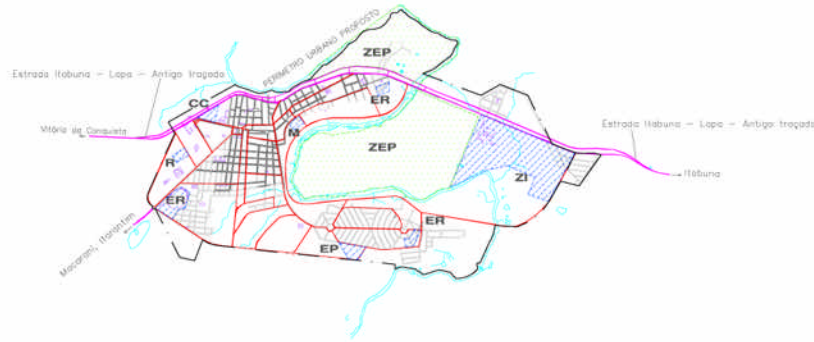
NELMA GUSMÃO DE OLIVEIRA

ESCALA:

1/25.000



Mapa Temático 07  
**Espaço Urbano de Itapetinga - BA**  
 PDI - 1972 - PRINCIPAIS PROPOSIÇÕES



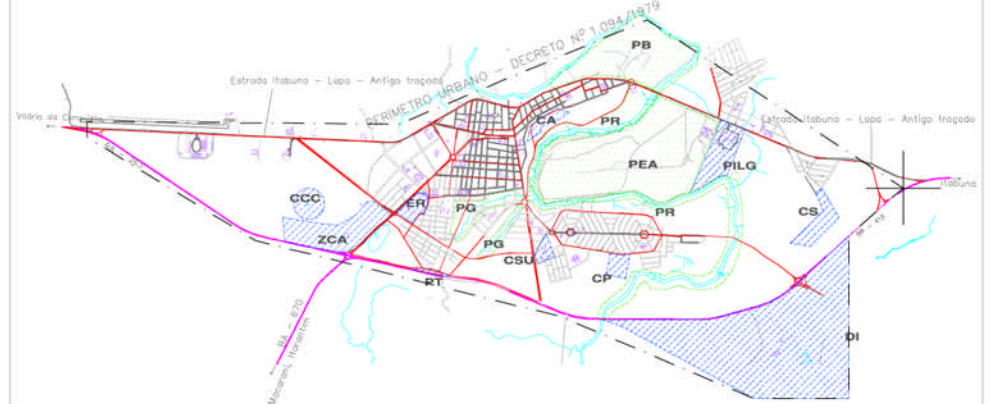
**LEGENDA**

- Vias Pavimentadas
- Vias não pavimentadas
- Caminhos
- Rios, lagoas e lagoões
- Perímetro Urbano Proposto
- Rodovias
- Principais Vias
- Áreas verdes de preservação
- ZEP Zona Especial de Proteção
- Equipamentos e Áreas Especiais
- CC Centro Cívico
- EP Escola Polivalente
- M Mercado
- ER Esporte e Recreação
- R Rodoviária
- ZI Zona Industrial

**N**

FONTE: PDI - SAU - 1972  
 BASE CARTOGRÁFICA: LEVANTAMENTO AEROFOTOGAMÉTRICO - CAR - 1998  
 ELABORADO POR: NELMA GUSMÃO DE OLIVEIRA  
 ESCALA: 1/50.000

Mapa Temático 08  
**Espaço Urbano de Itapetinga - BA**  
 PDDU - 1982 - PRINCIPAIS PROPOSIÇÕES



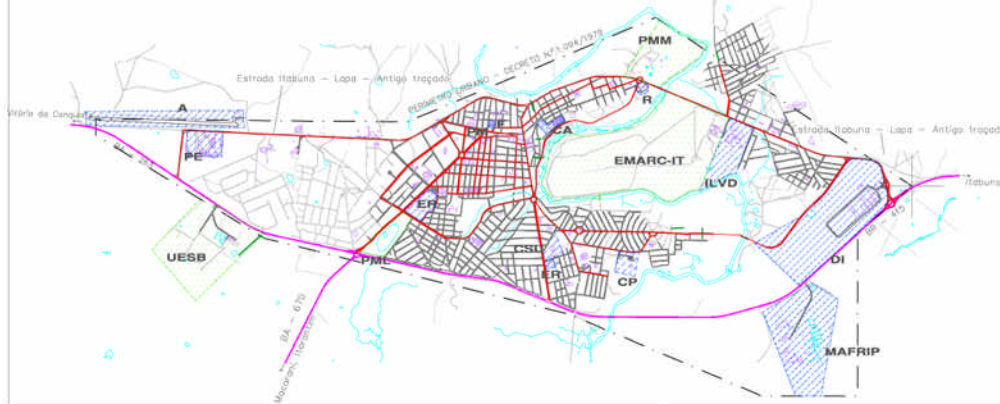
**LEGENDA**

- Vias Pavimentadas
- Vias não pavimentadas
- Caminhos
- Rios, lagoas e lagoões
- Rodovias
- Principais Vias
- Perímetro Urbano
- Equipamentos com áreas verdes
- PB Parque Biológico
- PEA Parque da Escola Agropecuária
- PR Parque do Rio
- PT Pta. Turística do Cx. d'água
- ER Esporte e Recreação
- CSU Centro Social Urbano
- CCC Centro Cultural e Científico
- CS Centro de Saúde
- Equipamentos Urbanos
- CA Central de Abastecimentos
- CP Cemitério Parque
- PT Pta. Turística do Cx. d'água
- ER Esporte e Recreação
- CSU Centro Social Urbano
- CCC Centro Cultural e Científico
- CS Centro de Saúde
- Áreas Especiais
- PILG Parque Industrial Leite Diário
- DI Distrito Industrial
- ZCA Zona de Comércio Alternativo

**N**

FONTE: PDDU - PRDURB - 1982 - LEI 360/1982  
 BASE CARTOGRÁFICA: LEVANTAMENTO AEROFOTOGAMÉTRICO - CAR - 1998  
 ELABORADO POR: NELMA GUSMÃO DE OLIVEIRA  
 ESCALA: 1/50.000

Mapa Temático 09  
**Espaço Urbano de Itapetinga - BA**  
 A CIDADE REAL EM 2000



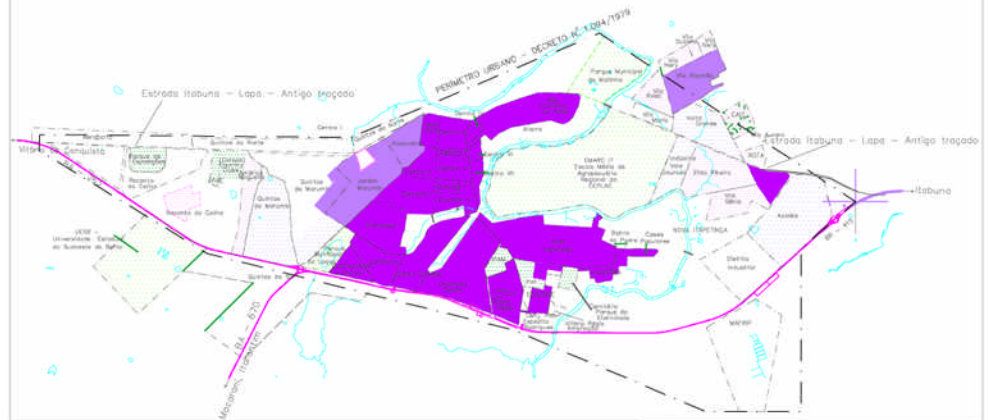
**LEGENDA**

- Vias Pavimentadas
- Vias não pavimentadas
- Caminhos
- Rios, lagoas e lagoões
- Rodovias
- Principais Vias
- Perímetro Urbano
- Equipamentos com áreas predominantemente verdes
- PMM Parque Municipal da Matéria
- EMARC Escola Técnica Agropecuária
- UESB Universidade
- PML Parque Municipal da Lagoa
- Áreas Especiais
- ILVD Indústria Vale Dourada
- DI Distrito Industrial
- MAFRIP Matadouro Frigorífico
- Equipamentos Urbanos
- PM Prefeitura Municipal
- F Fórum
- CA Central de Abastecimentos
- CP Cemitério Parque
- ER Esporte e Recreação
- R Estação Rodoviária
- CSU Centro Social Urbano
- A Aeroporto
- PE Parque de Exposições
- EP Escola Polivalente

**N**

FONTE: OBSERVAÇÃO DIRETA  
 LEVANTAMENTO AEROFOTOGAMÉTRICO - CAR - 1998  
 BASE CARTOGRÁFICA: LEVANTAMENTO AEROFOTOGAMÉTRICO - CAR - 1998  
 ELABORADO POR: NELMA GUSMÃO DE OLIVEIRA  
 ESCALA: 1/50.000

Mapa Temático 10  
**Espaço Urbano de Itapetinga - BA**  
 OCUPAÇÃO DO SOLO EM 2000



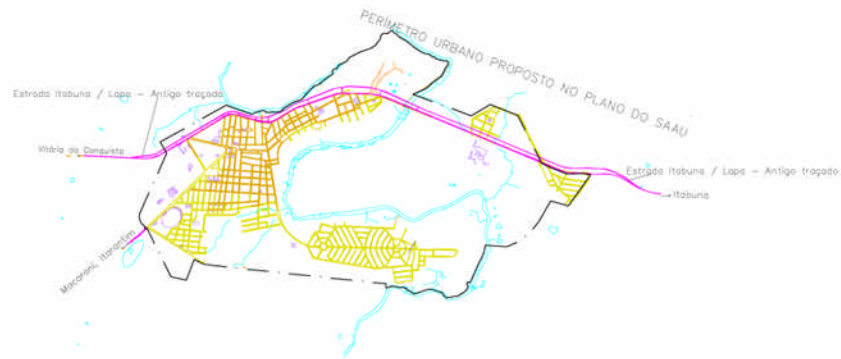
**LEGENDA**

- Rodovias
- Rios, lagoas e lagoões
- Perímetro Urbano
- Equipamentos com áreas Verdes
- 0 a 20%
- 20 a 40%
- 40 a 60%
- 60 a 80%
- 60 a 80%

**N**

FONTE: VALORES ESTIMADOS A PARTIR DE FOTOS AÉREAS E OBSERVAÇÃO DIRETA  
 BASE CARTOGRÁFICA: LEVANTAMENTO AEROFOTOGAMÉTRICO - CAR - 1998  
 ELABORADO POR: NELMA GUSMÃO DE OLIVEIRA  
 ESCALA: 1/50.000

Mapa Temático 11  
Espaço Urbano de Itapetinga - BA  
SISTEMA VIÁRIO EXISTENTE EM 1971



LEGENDA

- Vias Pavimentadas
- Vias não pavimentadas
- Caminhos
- Rodovias
- ~ Rios, lagoas e lagoas
- Perímetro Urbano Proposto



FONTE:  
PDI - SAAU - 1971  
BASE CARTOGRÁFICA:  
LEVANTAMENTO AEROFOTOGAMÉTRICO -  
CAR - 1998  
ELABORADO POR:  
NELMA GUSMÃO DE OLIVEIRA  
ESCALA 1/50.000

Mapa Temático 12  
Espaço Urbano de Itapetinga - BA  
SISTEMA VIÁRIO EXISTENTE EM 1981



LEGENDA

- Vias Pavimentadas
- Vias não pavimentadas
- Caminhos
- Rodovias
- ~ Rios, lagoas e lagoas
- Perímetro Urbano



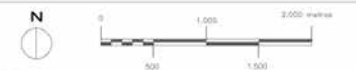
FONTE:  
PDDU - PROURB - 1982 - LEI 360/1982  
BASE CARTOGRÁFICA:  
LEVANTAMENTO AEROFOTOGAMÉTRICO -  
CAR - 1998  
ELABORADO POR:  
NELMA GUSMÃO DE OLIVEIRA  
ESCALA 1/50.000

Mapa Temático 13  
Espaço Urbano de Itapetinga - BA  
SISTEMA VIÁRIO EM 2000



LEGENDA

- Vias Pavimentadas
- Vias não pavimentadas
- Caminhos
- Rodovias
- ~ Rios, lagoas e lagoas
- Perímetro Urbano



FONTES:  
OBSERVAÇÃO DIRETA  
LEVANTAMENTO AEROFOTOGAMÉTRICO -  
CAR - 1998  
BASE CARTOGRÁFICA:  
LEVANTAMENTO AEROFOTOGAMÉTRICO -  
CAR - 1998  
ELABORADO POR:  
NELMA GUSMÃO DE OLIVEIRA  
ESCALA 1/50.000



## CAPÍTULO 3

### “ITAPETINGA - CONSTRUINDO O FUTURO”: SONHOS E REALIDADES

O distrito será verdadeiramente a forma enfim encontrada das indústrias do pós-crise? Situar-se-ão todos os distritos em regiões ganhadoras? De resto; o que é uma região ganhadora? Uma região que se afirma (do ponto de vista dos empregos, das riquezas, da arte de viver) pela sua própria actividade, ou uma região que vive à custa das que perderam, até mesmo de uma parte dos seus próprios habitantes? Será a hierarquia das regiões a constatação de um êxito desigual (porventura provisório), ou a causa das vantagens de que desfrutam as primeiras, que seriam então os centros de uma periferia?[...] <sup>103</sup>

Nas edições do jornal “A tarde”, dos dias 12/12/2000<sup>104</sup> e 16/12/2000<sup>105</sup>, foram encontradas, respectivamente, duas manchetes que merecem ser citadas: “*Itapetinga vive uma nova etapa de desenvolvimento*” e “*Itapetinga emerge como pólo de desenvolvimento do Sudoeste*”. Ambas falam do momento de intensa euforia que a cidade de Itapetinga vive a partir da implantação do “Distrito Industrial” em 1997 tendo como principal investimento a instalação da Fábrica de Calçados Azaléia Nordeste S/A. Esta euforia não é exclusiva a Itapetinga. Como atestam Teixeira e Guerra<sup>106</sup>, ela é compartilhada por amplos setores da sociedade baiana, a partir da

<sup>103</sup> BENKO, Georges e LIPIETZ, Alain O Novo Debate Regional: Posições em Confronto In: BENKO, Georges e LIPIETZ, Alain(Org.). *As regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: os Novos Paradigmas da Geografia Urbana*. Oeiras: Celta Editora, 1994.p.4.

<sup>104</sup> A TARDE. *Itapetinga vive uma nova etapa de desenvolvimento*. Salvador, 12 dez. 2000. Municípios, caderno 4, p.1, 4, 5 e 6.

<sup>105</sup> A TARDE. *Itapetinga emerge como pólo de desenvolvimento do Sudoeste*. Salvador, 16 dez. 2000. Municípios, caderno 4, p.3.

<sup>106</sup> TEIXEIRA, Francisco e GUERRA, Osvaldo. *50 Anos da Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica* .In: Bahia Análise e Dados, V. 1. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2000. p. 87-98.

implantação de grandes empreendimentos que se instalam por todo o Estado (têxtil, calçados e eletrônicos), a partir dos anos 90 e culminada com a instalação de uma planta industrial da Ford em Camaçari. Para os autores, essa euforia decorre não apenas do fato de esses investimentos virem a adensar e diversificar a matriz industrial, mas, principalmente, da possibilidade de eles e de outros fortalecerem antigos setores e estimularem novos.

Partindo desta conjuntura e com base nos questionamentos iniciais de Benko e Lipietz algumas questões podem ser colocadas: Seria a região de Itapetinga uma região ganhadora? Como poderia se hierarquizar internamente esta região e qual o papel de Itapetinga na hierarquia urbana do Sudoeste a partir desse empreendimento? Quais os possíveis rebatimentos desse processo no espaço urbano da cidade? Levando em conta os processos e espacialidade que começam a ser deflagrados, o distanciamento histórico é ainda insuficiente para conclusões finais, mesmo porque este distrito encontra-se ainda em implantação. Contudo, com base no processo histórico da cidade, num corpo teórico e em dados empíricos de outras regiões propõe-se, longe da cegueira provocada pelo processo de euforia, levantar algumas considerações que possam contribuir para uma melhor análise da situação.

### 3.1 OS “MODELOS” ADOTADOS

A instalação do “distrito industrial” em Itapetinga tem estado associada a um tema cada vez mais presente nas discussões contemporâneas sobre o espaço e a produção. A expressão “distrito industrial”, tanto como “especialização flexível” e “descentralização industrial” tem sido empregada constantemente nos projeto de

implantação do distrito e da principal empresa aí instalada, a Calçados Azaléia S/A., e em todos os documentos oficiais de divulgação destes empreendimentos.

A simples utilização dessas expressões tem suscitado polêmicas no meio acadêmico, que não podem ser ignoradas em qualquer trabalho de pesquisa que envolva a sua utilização. Por outro lado, merece ser analisada a utilização indiscriminada, no sistema de produção em Itapetinga, dos termos emprestados de modelos aplicados em realidades completamente adversas.

A expressão “produção flexível”, invocada a todo momento em diversos lugares do mundo, refere-se a formas de produção, experimentadas em algumas regiões, caracterizadas por uma habilidade de rápida mudança no processo de produção ou no produto final e de fácil ajuste nas quantidades de produção para num curto período de tempo e sem grandes prejuízos ao sistema produtivo, o que permite às empresas assimilar, permanentemente, modificações necessárias ao alcance dos níveis de competitividade exigidos pelo processo de globalização da economia.

Dentro das empresas, dois caminhos poderiam ser percorridos para a obtenção dessa flexibilidade: o uso de equipamento e maquinaria de destinação geral não vinculada (isto é, reprogramável) e/ou a aplicação da “flexibilidade” nas relações de trabalho.

No âmbito das relações entre empresas, o principal recurso para a obtenção de flexibilidade é a fragmentação organizacional do processo de produção (horizontal e vertical) – viabilizada devido à possibilidade de “segmentação” e

“integração” das tarefas como resultado dos avanços tecnológicos – criando uma profunda divisão social do trabalho entre as empresas, o que facilita a rápida possibilidade de mudança nas combinações verticais e horizontais do sistema de produção. Dessa forma, as empresas se multilocalizam – como estratégia de redução de custos ou de expansão da acumulação – organizando o processo de trabalho em várias unidades de produção espacialmente distribuídas de forma fragmentada.

O termo “flexível” é, portanto, atribuído em contraposição às forma rígidas adotadas pelo sistema de produção “fordista” tanto no que se refere ao sistema da organização da produção, quanto no que se refere às relações de trabalho ou à localização espacial.

*A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.*<sup>107</sup>

A existência de determinadas características inerentes à “flexibilidade” na produção tem sido reconhecida por diversos autores. Entretanto, a questão da “flexibilidade” vem sendo objeto de grandes debates e a questão polêmica a considerar é se essas mudanças assinalam uma tendência de “reaglomeração” da atividade econômica, representando o nascimento de “um novo regime de acumulação” capaz de conter as contradições do capitalismo ou se representam apenas ajustes temporários desse sistema à grande crise aí instalada a partir do final do século XX. Essa discussão tem provocado diversos posicionamentos.

---

<sup>107</sup> HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p.140.

Alguns autores como Piore e Sabel<sup>108</sup> e Storper<sup>109</sup> buscam, a partir dessas experiências, desenvolver uma teoria geral da relação entre a produção e o espaço, baseada na noção de que as novas tecnologias abrem possibilidade para uma reorganização das relações de trabalho e de produção indicando emergência de um novo regime de acumulação, dito “pós-fordista”, que transformariam definitivamente as faces do capitalismo e estabeleceriam as bases de uma nova geografia. Outros, como Boddy<sup>110</sup>, afirmam que esta tentativa é prematura e, na pior das hipóteses ilusória; refutando a idéia de dominância de um regime de acumulação, tanto para o “fordismo” anteriormente como para um “pós-fordismo” na contemporaneidade, alertam para os diversos riscos de tentar generalizar algumas experiências localizadas. Esta idéia da impureza do regime de acumulação é compartilhada também por Gottdiener<sup>111</sup> e Santos<sup>112</sup>, que chamam a atenção para a complexidade desses processos e, portanto, para a necessidade de explicações também mais complexas.

Harvey<sup>113</sup> concorda que não há nada essencialmente novo no impulso para a flexibilidade e de que o capitalismo segue periodicamente esses tipos de caminhos.

---

<sup>108</sup> PIORE, Michel e SABEL, Charles. *The second industrial divide*. New York: Basic Books, 1984.

<sup>109</sup> STORPER, Michael. A industrialização e a questão regional no Terceiro Mundo. In: VALADARES, Lícia e Preteceille, Edmond (Coord.) *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel; [Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro]. 1990.p.120 – 148.

<sup>110</sup> BODDY, Martin. Reestruturação industrial, pós-fordismo e novos espaços industriais: uma crítica. In: VALADARES, Lícia e Preteceille, Edmond (Coord.) *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel; [Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro]. 1990.p.120 – 148.

<sup>111</sup> GOTTDIENER, Mark. A teoria da crise e a reestruturação sócio-espacial: o caso dos Estados Unidos. In: VALADARES, Lícia e Preteceille, Edmond (Coord.) *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel; [Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro]. 1990.p.59 – 78.

<sup>112</sup> SANTOS, Milton. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: VALADARES, Lícia e Preteceille, Edmond (Coord.) *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel; [Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro]. 1990. p.183-191.

<sup>113</sup> HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 351p.

De tal forma, considera, também, o perigo do exagero na significação das tendências de aumento da flexibilidade e da mobilidade geográfica, que pode conduzir a uma cegueira em relação às forças que os sistemas “fordistas” de produção implantados ainda têm. Entretanto, considera igualmente perigoso fingir que nada mudou, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, na automação e da inovação de produtos são muito claras em todo o mundo capitalista.

As tecnologias e formas organizacionais flexíveis não se tornaram hegemônicas em toda parte – mas o fordismo que as precedeu também não. A atual conjuntura se caracteriza por uma combinação de produção fordista altamente eficiente (com frequência nuançada pela tecnologia e pelo produto flexível) em alguns setores e regiões (como os carros nos EUA, no Japão ou na Coreia do Sul) e de sistemas de produção mais tradicionais (como os de Singapura, Taiwan ou Hong Kong) que se apóiam em relações de trabalho “artesaniais”, paternalistas ou patriarcais (familiares) que implicam em mecanismos bem distintos de controle do trabalho.<sup>114</sup>

Também chamando a atenção para a especificidade dos casos, Leborgne e Lipietz<sup>115</sup> consideram tipos diferentes de “flexibilidade”. Estes autores classificam como “flexibilidade ofensiva”, a praticada por blocos sociais localizados em regiões da Grã-Bretanha, Estados Unidos e França, caracterizada, principalmente pelo privilégio à desregulação da relação salarial; acentuação do fosso entre “concededores” e “executores”; formas mais pobres de subcontratação e formação de áreas urbanas fortemente especializadas, coexistindo com algumas metrópoles onde as atividades terciárias superiores opõem-se às pequenas atividades de serviço sem proteção social.

---

<sup>114</sup> Ibid. p179.

<sup>115</sup> LEBORGNE, Danielle e LIPIETZ, Alain. *Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial*. In: VALADARES, Lícia e Preteceille, Edmond (Coord.) *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel; [Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro]. 1990. p.183-191.

A flexibilidade praticada pelos blocos sociais dirigentes na Escandinávia, Alemanha, Japão, Itália do Norte, estes autores classificam como "flexibilidade ofensiva" caracterizada pela aceitação de um novo compromisso nas relações de trabalho, baseado na troca do compromisso dos assalariados com a qualidade e produtividade por diversas garantias e vantagens sociais e organização de parceria entre empresas, sindicatos, aparelhos escolares e administração. Eles também afirmam que o adensamento das relações inter-empresas, nestes sistemas, permitiu consolidar áreas urbanas formando sistemas produtivos flexíveis diversificados, chamados de "distritos industriais".

Quando são invocadas, em Itapetinga, expressões como "distrito industrial" e modelo de "produção flexível", na verdade, copiam-se modelos utilizados nos países de centro sem, contudo, buscar compreender o que representam estes modelos, e até que ponto podem ser reproduzidos em condições tão adversas. Como já dito, os "distritos industriais", e a "especialização flexível" têm sido expressões da moda invocadas como modelos universais de uma terceira via do desenvolvimento econômico e social. Esse modelo talvez encontre suas origens nos distritos "marshallianos", baseados nas concepções de Marshall, do princípio do século XX, sobre a concentração de indústrias especializadas em determinados locais. Tal modelo encontra similaridades, na contemporaneidade, na região do Centro e Nordeste da Itália (a chamada 3.<sup>a</sup> Itália), que acabou por difundir a expressão. Caracterizada pela presença de redes muito densas de pequenas empresas com fortes tradições de cooperação e de condições técnico-profissionais inovadoras, estas regiões especializaram-se na produção de determinado bem destinado a ser vendido a uma clientela exigente no que se refere a qualidade e preço.

Amin e Robins<sup>116</sup> chamam a atenção para os perigos de se amalgamar numa única categoria, processos e regiões completamente diversas, mostrando que, “mesmo no caso da 3.<sup>a</sup> Itália, onde as zonas de industrialização recentes apresentam características comuns, é difícil utilizar, de maneira indiscriminada, a expressão “distrito industrial”, mesmo admitindo que a expressão – “ao descrever uma forma particular de desenvolvimento econômico baseado nas sinergias de pequenas empresas de uma mesma localidade”<sup>117</sup> – consegue se aproximar das experiências de maior êxito da 3.<sup>a</sup> Itália. Para os autores, entretanto, a expressão encontra-se vulgarizada atualmente, ampliando-se a diferentes regiões de diferentes países; e ainda, para agravamento da situação, “esta banalização da expressão” tem surgido acompanhada por uma tentativa de demonstração de que essa forma de crescimento é globalmente necessária para a emergência de um novo regime econômico “pós-fordista” e que estes novos espaços vêm-se promovidos a “novos centros de crescimento do sistema mundial”.

Com base em tal raciocínio, qualquer exemplo de vida econômica localizada que revele sinais de cooperação entre unidades especializadas, caracterizando-se pela flexibilização da autoridade central, a delegação de responsabilidades nas unidades locais aliada à substituição da coerção pela colaboração com os subcontratados e os empregados, pode ser interpretado como um “distrito industrial”.

---

<sup>116</sup> AMIN, Ash. e ROBINS, Kevin. Regresso das Economias Regionais? A Geografia Mítica da Acumulação Flexível. In: BENKO G. e LIPIETZ A.(Org). *As regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: os Novos Paradigmas da Geografia Urbana*. Oeiras: Celta Editora, 1994. p.

<sup>117</sup> Ibid. p. 89.



“As idéias estão fora do lugar”, como afirma Schwarz<sup>118</sup>, para ilustrar a aplicação indiscriminada dos modelos fugindo completamente à sua concepção inicial e em contextos completamente diferentes. Portanto, cabe aqui uma breve análise da implantação do “distrito Industrial” de Itapetinga, no sentido de compreender até que ponto se aproxima desses modelos.

### 3.2 O DISTRITO INDUSTRIAL

Com uma área disponível de 50 ha completamente dotada de infra-estrutura, o Distrito Industrial de Itapetinga, além do mega-projeto da Azaléia, espera atrair outros investimentos para a cidade, principalmente empresas fornecedoras de componentes dos calçados, a exemplo dos fabricantes de solados, cadarços para tênis, embalagens, tecidos etc. A vinda dessas indústrias conseguiria reduzir os custos de produção da Azaléia relativos ao transporte e estoques de insumos e permitir maior agilidade nos seus prazos de entrega. Essa meta ainda se encontra longe de ser cumprida, pois a única empresa atraída com tal objetivo, e que se encontra ainda em implantação, é uma fábrica de embalagens.

Além desses investimentos, a única empresa atraída foi a Indústria Brasileira de Bicicletas (IBB) (painel 16 – foto 71), que começou a funcionar em setembro de 1997 com a perspectiva de 500 empregos. Atualmente a empresa conta com aproximadamente 130 funcionários e capacidade instalada de montagem de 300.000 bicicletas por ano.

---

<sup>118</sup> SCHWARZ, Roberto. *As Idéias fora do lugar*. São Paulo, Estudos CEBRAP, n.3, (1973).

### 3.3 O PROJETO AZALÉIA

Com 43 anos de existência, a Calçados Azaléia é a maior produtora de calçados femininos da América Latina, com as marcas Azaléia e Djean, e líder do segmento de calçados esportivos do Brasil com a marca Olympikus. Produzindo, atualmente, 150 mil pares de calçados por dia, que totalizam produção de 45 milhões de pares por ano, a empresa conta com quase 14 mil empregados e possui um faturamento anual bruto superior a U\$ 500 milhões. A real dimensão atingida pela Calçados Azaléia na contemporaneidade, bem como a localização de suas fábricas, pode ser visualizada no ANEXO A.

Em suas instalações na região de Itapetinga, a Azaléia do Nordeste S/A possui capacidade instalada para produzir 50.000 pares por dia, o que representa um terço do total de sua produção. Em seu quarto ano de funcionamento esta empresa já emprega em torno de 5.000 pessoas, sendo aproximadamente 4.000 na cidade de Itapetinga e as demais em outras cidades nas suas cercanias.

A montagem final do calçado se dá em um complexo industrial (matriz) na cidade de Itapetinga (painel 16 – foto 70), integrado por 15 pavilhões onde acontecem também outros serviços auxiliares. A fabricação do cabedal, parte superior do calçado, se dá em um conjunto de galpões, construídos pelo poder público estadual, localizados nesta cidade e em mais onze municípios da Região Administrativa de Itapetinga. A tabela 10 e o mapa temático 15 mostram a distribuição espacial destas unidades industriais.

**Tabela 10 – Instalações industriais da Azaléia e geração de emprego ao final do ano de 2001 em Itapetinga e municípios próximos.**

<b>Unidade</b>	<b>Município</b>	<b>Empregos diretos</b>
Matriz (complexo industrial)	Itapetinga	2.808
Filial 1(galpão industrial)	Itapetinga	222
Filial 4 (galpão industrial)	Itapetinga	197
Filial 5 (galpão industrial)	Itapetinga	82
Filial 2 (galpão industrial)	Itororó	72
Filial 18 (galpão industrial)	Itororó	42
Filial 23 (galpão industrial)	Itororó	39
Filial 3 (galpão industrial)	Itambé	85
Filial 6 (galpão industrial)	Itambé	84
Filial 7 (galpão industrial)	Potiraguá	77
Filial 8 (galpão industrial)	Itarantim	191
Filial 9 (galpão industrial)	Macarani	191
Filial 17 (galpão industrial)	Macarani	45
Filial 10 (galpão industrial)	Maiquinique	73
Filial 19 (galpão industrial)	Firmino Alves	49
Filial 20 (galpão industrial)	Firmino Alves	45
Filial 21 (galpão industrial)	Ibicuí	41
Filial 22 (galpão industrial)	Iguaí	67
Filial 24 (galpão industrial) (*)	Caatiba	2
Filial 25 (galpão industrial) (*)	Nova Canaã	...

FONTES: Azaléia<sup>119</sup>

(\*) galpões em fase de implantação em 2001

<sup>119</sup> CALÇADOS AZALÉIA S/A. Gerência Setorial de Bens e Consumos não Duráveis. *O Caso da Azaléia do Nordeste: Uma Experiência de Benefícios Sociais Gerados em Projetos Privados*. [S.l.], 2001. p.3.

### 3.3.1 A organização do trabalho

Uma dos principais aspectos que caracterizam a indústria calçadista é a intensidade na utilização da mão-de-obra. Essa intensidade se deve principalmente, às dificuldades técnicas até agora encontradas para a automação de determinadas etapas do processo de produção. A segmentação do processo produtivo em várias operações básicas – corte, preparação, costura, montagem e acabamento – obstaculiza a implantação da automação, pois são operações diferentes e específicas; fato agravado nas empresas que produzem calçados de couro que, devido à falta de homogeneidade, não dispensam a participação ativa do operador em cada uma das etapas do processo produtivo. Estas características fazem da indústria calçadista um dos segmentos industriais com maior potencial de geração de empregos da contemporaneidade.

A necessidade de um grande contingente de trabalhadores, como ressalta a SEPLANTEC<sup>120</sup>, conduziu a “baixos níveis salariais, alto índice de rotatividade, parcelização e simplificação do trabalho e a utilização de trabalhadores não qualificados”, o que, por sua vez, também contribuiu para dificultar a difusão da automação e a própria busca de modernização tecnológica.

Portanto, apesar de outros fatores como a classe da matéria-prima, *design* e marca própria serem determinantes para um maior valor agregado, o principal fator determinante da competitividade dessa indústria é a força de trabalho.

---

<sup>120</sup>BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e tecnologia – SEPLANTEC. Superintendência de Planejamento Estratégico. *A indústria Calçadista na Bahia*. Salvador: Superintendência de Planejamento Estratégico, 2000. p.14.

Além da necessidade de melhor qualidade a menores custos, a busca da competitividade no setor calçadista implica na necessidade de constante readequação da estrutura de produção aos novos estilos e moda determinados pelo mercado. Nesse sentido, a “flexibilidade” do projeto industrial tem sido constantemente invocada como essencial para uma contínua adaptação às exigências do consumo em constante mutação.

Não sendo possível a utilização plena da tecnologia, a solução encontrada para atingir essa “flexibilidade” e, conseqüentemente, reduzir os custos de produção, é alterar a organização da produção “flexibilizando” as relações de trabalho. Para alcançar estes objetivos, são práticas comuns nas empresas a terceirização e a subcontratação de partes das operações de produção para ateliês domésticos e cooperativas, ficando as empresas apenas com a tarefa de montar, comercializar e distribuir o calçado. Com esse modelo de organização da produção e do trabalho, eliminam-se também os custos com encargos sociais e permite-se maior agilidade nas alterações, nas quantidades e modelos produzidos conforme as necessidades do mercado.

Seguindo esta tendência organizacional, o projeto inicial para a implantação da Azaléia do Nordeste S/A em Itapetinga determinava fragmentação do processo de produção criando uma divisão do trabalho de forma que a indústria fosse responsável apenas pela montagem final do calçado no complexo industrial (matriz) na cidade de Itapetinga, ficando a fabricação do cabedal a cargo de cooperativas de trabalho que funcionariam em galpões distribuídos em Itapetinga e vários municípios próximos, construídos pelo poder público estadual e equipados pela indústria. Contudo, obstáculos legais inviabilizaram a implementação do projeto.

Tanto a Lei nº 5.764/71<sup>121</sup> como a CLT<sup>122</sup>, no parágrafo único do art. 442, estabelecem que, independente do ramo de atividade ou do tipo de sociedade cooperativa, não se estabelecerá vínculo empregatício entre esta e seus associados, bem como entre o tomador dos serviços e os respectivos executores (associados cooperados). Entretanto, a mesma lei 5.764/71 estabelece que nas sociedades cooperativas de trabalho devem estar presentes algumas características indispensáveis como o caráter democrático na tomada de decisões, a vinculação estritamente eventual e variada com as empresas tomadoras de serviços, além da liberdade de adesão dos associados, entre outras. No entendimento desta lei, em diversos casos, alguns juízes de Tribunais Regionais do Trabalho têm se posicionado considerando que o tipo de relação – como a pretendida pela Azaléia –, onde o contrato de prestação de serviços com as cooperativas é “exclusivo” a uma única empresa e acontece uma ingerência direta da empresa sobre os cooperados, descaracteriza estas sociedades como “autênticas cooperativas” e caracteriza a relação de trabalho como uma forma camuflada de um verdadeiro contrato de trabalho. Portanto, como o artigo 9.º da CLT<sup>123</sup> estabelece que “serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos no Estatuto Consolidado”, o posicionamento do judiciário tem sido de que fica estabelecido, nestas relações, o “vínculo empregatício”.

---

<sup>121</sup> BRASIL. Lei nº 5.764 de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativistas e dá outras providências.

<sup>122</sup> BRASIL. Decreto de Lei n.º 5.452 de 1.º de maio de 1943. Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

<sup>123</sup> Ibid.

Diante desse tipo de posicionamento, cada vez mais freqüente, a Azaléia Calçados viu-se obrigada a recuar no seu projeto inicial, quando o Estado já havia investido todos os recursos para a construção dos galpões para implantação das cooperativas. Impossibilitado, o projeto das cooperativas, de ser levado adiante, os galpões passaram a funcionar como filiais da Azaléia e as relações de trabalho se estabeleceram com base na CLT.

Mesmo nestas circunstâncias, a produção de calçados manteve sua estrutura organizacional em grupos, e os grupos, por sua vez, em células. Porto et al.<sup>124</sup> observam que a produção fracionada em fábricas menores e em grupos e células aumenta consideravelmente a necessidade de máquinas, mas que a empresa argumenta, entretanto, que sua experiência nas fábricas situadas no Rio Grande do Sul recomenda a organização da produção da forma indicada, levando-se em conta os seguintes aspectos: maior flexibilidade da produção, permitindo a fabricação de pequenos lotes de um determinado modelo, aspecto importante para um produto genuinamente de moda; maior envolvimento dos operadores com o aspecto qualidade, uma vez que estes passam a ser multifuncionais, ou seja, envolvem-se com as diversas fases de produção, o que aumenta a responsabilidade com o produto e, por último, redução do tempo de formação dos lotes de expedição.

Dessa forma, a seleção inicial da mão-de-obra procurou englobar pessoas residentes na região de Itapetinga, cujo perfil estivesse adequado a uma possível utilização, pela Azaléia, enquanto supervisores de qualidade ou como envolvidos diretos na produção. Para os supervisores, a empresa exigiu uma escolaridade

---

<sup>124</sup> PORTO, Edgar et al. *O Empreendimento da Azaléia em Itapetinga*. Não publicado. 21 p.

equivalente ao 2º grau; já para os envolvidos diretos na produção a exigência inicial foi de 1º grau completo e idade entre 18 a 30 anos. Posteriormente, a empresa se viu obrigada a mudar o nível de exigência devido à pouca oferta de mão-de-obra que se enquadrasse nestes padrões. Para os cargos diretos que exigem uma qualificação de nível superior, entretanto, não foi aproveitada a mão-de-obra local. A maior parte destes profissionais veio do Rio Grande do Sul.

Uma vez que o maior projeto de fragmentação entre empresas dentro do processo produtivo foi sacrificado diante da impossibilidade do sistema de cooperativas, restando apenas a fragmentação espacial da produção e a divisão do trabalho entre empresas produtoras de insumos – como cadarços, solados e embalagens –, outras alternativas foram buscadas no sentido de assegurar a “flexibilidade” no sistema de produção. Com este objetivo, a indústria tira proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente para impor regimes e contratos de trabalhos mais flexíveis, buscando satisfazer às suas necessidades específicas. Mesmo com empregados regulares, além dos baixos salários praticados<sup>125</sup>, sistemas como jornadas de trabalho que envolvem a compensação do trabalho nos períodos de pico, com folgas; trabalho em tempo parcial, temporário ou terceirizado e alta rotatividade da mão-de-obra são comumente aplicados. Para garantir a colaboração e comprometimento dos funcionários com a produtividade e qualidade da produção, as compensações aos baixíssimos salários praticados são negociadas como participação nos lucros e ganhos-produtividade. Assim, a empresa livra-se de qualquer responsabilidade por essa remuneração diante das leis trabalhistas.

---

<sup>125</sup> Os salários dos envolvidos na produção direta se aproximam do mínimo.



Para garantir essa situação, durante todo o tempo tem estado presente a forte ameaça de que, caso haja fortalecimento da organização dos trabalhadores e pressão por melhores salários através do sindicato, haverá uma migração dos investimentos para outras regiões e que “Itapetinga não consiga se consolidar como pólo calçadista”, conforme declarações do dirigente da indústria à imprensa local. Por sua vez, esta ameaça só se torna possível devido ao modelo “flexível” adotado que permite a mobilidade locacional da empresa a qualquer momento para onde lhe for mais lucrativo. Atrelada a isto, ainda existe a pressão política de perda dos investimentos vindos do Estado, caso o grupo político no poder perca as eleições.

Tornam-se também objeto de reflexão, questões referentes às condições de proteção à saúde do trabalhador e segurança no trabalho. O Relatório Técnico elaborado pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador (CESAT)<sup>126</sup> referente às inspeções de 27 e 28/07/1999 e 19 e 20/10/2000 na fábrica Calçados Azaléia S/A, aponta uma série de riscos à saúde, aos quais os trabalhadores desta empresa estão expostos durante o desempenho de suas funções. Em relação ao ruído, a maioria das medições realizadas nos setores de produção apresentou pressão sonora acima do determinado pela norma regulamentadora do Ministério do Trabalho para 8 horas de exposição.

O relatório aponta, também, a exposição a produtos químicos de toxicidade elevada em parte “significativa” dos diversos postos de trabalho, chamando a atenção para os efeitos toxicológicos das substâncias utilizadas. Dentre os efeitos, destacam-se os associados ao n-hexano que, além de agir sobre o sistema

imunológico, pode causar problemas crônicos ao sistema nervoso periférico, podendo evoluir para a paralisia e perda de sensibilidade nos membros inferiores. Associado a estes e outros problemas de saúde relacionadas à exposição a produtos químicos, os trabalhadores estão sujeitos a grande desconforto térmico em determinadas etapas do processo de produção, onde se utilizam máquinas que funcionam à temperatura de 160°C, emitindo calor para o ambiente.

Em relação às doenças “músculo-esqueléticas” vinculadas com o trabalho, dentre as quais, a conhecida Lesão do Esforço Repetitivo (LER) ou Doenças Ortomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT), o relatório indica uma “certa gravidade” na situação de risco de ocorrência das referidas doenças que as condições do ambiente de trabalho apresentam<sup>127</sup>.

Por último, ainda de acordo com o relatório há sérios riscos de acidentes durante o desenvolvimento de atividades operacionais, bem como de manutenção nos maquinários da empresa. A empresa busca explicar parte dos acidentes com base no comportamento individual do trabalhador, enquanto o CESAT aponta uma série de fatores “multicausais” que estão envolvidos em sua ocorrência, a exemplo da pressão do tempo sofrida pelo trabalhador para atender um ritmo acelerado e constante de trabalho.

---

<sup>126</sup> BAHIA. SESAB – Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Centro de Estudo da Saúde do Trabalhador –CESAT. Documento Técnico nº 032/2000. *Mapeamento Preliminar de na empresa Calçados Azaléia Nordeste S/A*. Salvador: CESAT, 2001.

<sup>127</sup> Ibid. p. 34.

Vale ressaltar que o documento sugere uma série de condições de adequação para que estes riscos sejam minimizados. Entretanto, até o presente momento, quase nenhuma, das sugestões, foi atendida.

### **3.3.2 As questões locacionais e as novas espacialidades no Brasil**

Como já comentada anteriormente, a instalação do “distrito industrial” de Itapetinga não corresponde a uma ação isolada; está inserida numa movimentação que envolve a implantação de grandes empreendimentos industriais por todo o Estado da Bahia a partir dos anos 90. Em relação ao setor calçadista, um dos principais segmentos envolvidos, a agressiva estratégia de atração de investimentos adotada, baseada em incentivos fiscais e creditícios, se deve ao seu alto potencial de geração de empregos. No total, onze foram as empresas ligadas a este setor ou fornecedoras de componentes e artefatos de couro atraídas durante o biênio 1996/1997, sejam elas: Azaléia, Ramarim, Bibi, Piccadilly, Daiby, Fortik, Sisa, Ingenort, Solajit, Kildare e Vinilex.

Estudos realizados pela Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (SEPLANTEC)<sup>128</sup> apontam, além do fornecimento de condições de infra-estrutura e dos incentivos fiscais e creditícios, mais três fatores que motivaram a vinda da indústria calçadista para o Estado da Bahia: proximidade dos emergentes centros de consumo após o Plano Real; disponibilidade de mão-de-obra a custos mais baixos e menor pressão exercida pelos sindicatos de trabalhadores, comparados com os principais centros produtores do País.

---

<sup>128</sup> BAHIA. Secretaria de Planejamento, Ciência e tecnologia - SEPLANTEC. Superintendência de Planejamento Estratégico. *Quatro Cantos da Bahia*. Salvador: Superintendência de Planejamento Estratégico, 2001. p.38.

Devido à grande sensibilidade desse setor aos custos de mão-de-obra, como já visto, a pressão pelo aumento dos salários, em grande parte exercida por entidades sindicais, tem sido, sem dúvida, o principal elemento responsável pelas mudanças locacionais das empresas calçadista no Brasil e no mundo, principalmente a partir da década de 80. Portanto, o mercado de calçados tem se reconfigurado a partir de um processo migratório no qual se destaca a transferência de significativa parcela da produção de localizações centrais para locais que oferecem menos custo de mão-de-obra. Para este segmento da indústria, os custos de mão-de-obra definem, não só a localização da empresa, como também se haverá diminuição ou, até, encerramento das atividades.

Dentro desse princípio, apesar de termos outros fatores – a exemplo dos atrativos fiscais e creditícios – determinantes nas disputas locacionais intra-regionais, a escolha do Nordeste como principal destino do processo migratório das empresas calçadistas no Brasil se dá, principalmente, devido à baixa organização sindical e baixos salários praticados nessa região, principalmente nas cidades pequenas e médias, permitindo a redução dos custos de mão-de-obra, fator considerado fundamental pelas empresas para melhor inserção no mercado internacional e posicionamento no mercado interno diante da elevada competitividade-preço dos concorrentes asiáticos.

Desta forma, a região nordestina, com sua força de trabalho barata e desorganizada, constitui-se numa alternativa rápida de enfrentamento da acirrada concorrência desde a abertura do mercado e valorização de câmbio brasileiro a partir de 1994. Evidentemente, tais empresários aproveitam os incentivos oferecidos, mas estes não são determinantes da macro-localização (saída do Centro-Sul para o nordeste), mas da micro-localização (decisão de qual será o estado nordestino para implantação da planta). Esse processo, portanto, constitui-se num movimento efetivo de mercado, diferindo dos

outros casos onde a relocação ocorre basicamente em função de uma forte atuação influenciando na tomada de decisão dos empresários<sup>129</sup>.

A opção pela Bahia, dentre os Estados do Nordeste, está inserida na política de desenvolvimento industrial deste Estado, cuja dimensão, na capacidade de induzir novos investimentos e definir sua localização, tem sido determinada, principalmente, pela guerra fiscal.

Esta política, que leva à migração do capital produtivo para regiões fora do eixo tradicional de industrialização, proporcionando transformações na estrutura produtiva, tem despertado e acirrado o caráter competitivo dos programas de atração de investimento, bem como as discussões em torno da dimensão dos benefícios concedidos às empresas para que se localizem em determinado espaço do território.

Também merece ser considerado o motivo pelo qual a maior inversão de recursos da indústria calçadista na Bahia, a Azaléia do Nordeste S/A, com um investimento na ordem de 118 milhões de reais, escolheu a cidade de Itapetinga, contrariando a lógica da desconcentração concentrada utilizada pela maioria dessas empresas, que estão desconcentradas a nível municipal, mas encontram-se concentradas regionalmente, principalmente no eixo do Grande Recôncavo, conforme pode ser visto no mapa temático 14.

Na busca de respostas a essas questões alguns aspectos merecem ser analisados. O primeiro deles – talvez explique não só a localização da Azaléia fora deste eixo do Grande Recôncavo, como também a da Ramarim em Jequié e

---

<sup>129</sup> Ibid. p.39

Piccadilly em Juazeiro que, juntamente com a primeira, correspondem às três maiores empresas calçadistas do Estado – é que, apesar de perderem algumas vantagens que poderiam ser obtidas como resultantes da formação de um aglomerado de empresas inter-relacionadas que competem, mas que também cooperam entre si, o fato de estarem desconcentradas espacialmente, evita a disputa pela oferta de mão-de-obra e a maior pressão sindical que a concentração de empresas propicia.

Além disto, a proximidade com o porto de Ilhéus, possibilita a esta empresa o comércio com o mundo, condição fundamental em tempos de globalização.

Outro ponto a analisar é o grande esforço despendido – traduzido em maiores vantagens oferecidas – pelo poder constituído na administração estadual ligado ao Partido da Frente Liberal (PFL), em levar esse empreendimento para a cidade de Itapetinga, como forma de demonstrar força e dar “exemplo” dos “benefícios” que podem ser conquistados quando se elege forças alinhadas a este grupo para o comando da administração municipal. Essa “mensagem” foi destinada, especialmente, à cidade vizinha de Vitória da Conquista, principal pólo regional, que havia eleito, naquele período, o Partido dos Trabalhadores (PT) para a administração municipal.

Outras cidades baianas, que também haviam eleito o PFL para a administração municipal, a exemplo de Jequié, também foram oferecidas, com as mesmas vantagens, como opção de escolha na negociação com a empresa que acabou por escolher a cidade de Itapetinga. O fato de ter passado por um período de baixo crescimento populacional, possibilitando a Itapetinga se tornar uma cidade

bem dotada de infra-estrutura, aliado à “imagem moderna” , herdada do período de apogeu da atividade pecuária, quando grande volume de recursos circulava pela região, dotaram esta cidade das condições necessárias para oferecer um bom padrão de vida aos executivos da empresa que para aí se deslocariam oriundos do Rio Grande do Sul. Apesar de não ter sido determinante, esta condição também influenciou os resultados da competição interurbana pela localização do investimento.

A opção locacional, dentro do espaço urbano da cidade foi de decisão da empresa, considerando a existência de terras disponíveis para a compra e a localização estratégica, como visto no capítulo 2, que coloca a imagem da empresa em destaque em relação à cidade. Além disso a localização possibilita o fácil acesso à rodovia, sem que os trabalhadores tenham que atravessá-la para chegar ao trabalho. A aquisição da área de 50 ha – dos quais 30 foram destinados à Azaléia e os outros 20 restantes ficaram à disposição de outras empresas que possam vir a se instalar na cidade –, bem como sua terraplenagem e infra-estrutura, ficou a cargo do Governo do Estado.

### 3.3.2.1 Os atrativos fiscais creditícios e de infra-estrutura

Como citado, os diversos atrativos colocados pelo Estado foram fundamentais na definição locacional da empresa calçadista no Estado da Bahia. Dentre estes atrativos destacam-se: o fornecimento de condições de infra-estrutura; os incentivos promovidos com recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento Sócio-

Econômico (FUNDESE)<sup>130</sup> e do Programa Estadual de Apoio aos Empreendimentos Produtivos que Exportam, parte ou a totalidade de sua produção (PROCOMEX)<sup>131</sup>; e o crédito presumido do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)<sup>132</sup>.

As condições de infra-estrutura envolvidas nas negociações englobam a disponibilização de área necessária ao empreendimento; construção e concessão, em regime de comodato, pelo período de 10 a 15 anos, renováveis por mais 10 anos, de edificações para a implantação de cooperativas; viabilização e aquisição de outras áreas para a instalação de módulos industriais; fornecimento, no limite do terreno das instalações da empresa, de energia elétrica, água, esgoto e rede telefônica; construção de acesso pavimentado às áreas do complexo e garantia de infra-estrutura de estradas/portos/aeroportos para recebimento de insumos e escoamento de produtos.

O FUNDESE tem como objetivo prover, de recursos financeiros, os programas voltados para o desenvolvimento social e econômico do Estado da Bahia, especialmente aqueles que estimulem ou promovam a implantação do desenvolvimento de empreendimentos econômicos, bem como a diversificação, interiorização e capacitação tecnológica do parque industrial e do processo produtivo

---

<sup>130</sup> FUNDESE– foi criado pelo decreto de 25.321/76, passando a funcionar efetivamente a partir da Lei 6.445/92, sendo regido pelas Leis n.º 7.5737/99 e 7.599/00 e regulado pelo Decreto no. 7.780/00.

<sup>131</sup> PROCOMEX– , estando regulamentado pelas Leis 7.024/97 e 7.138/97. Seu objetivo é estimular as exportações (exclusive o setor automotivo) de produtos fabricados no estado e financiar o imposto incidente sobre a importação (somente para as empresas do setor automotivo) de produtos destinados à comercialização e industrialização, promovidas por novas indústrias sediadas no Estado.

<sup>132</sup> Crédito Presumido do ICMS – regulamentado pelas Leis n.ºs 7. 025/97 e 7.138/97, concede crédito presumido de ICMS, incidente sobre as operações de saída de produtos montados ou fabricados por estabelecimentos industriais sediados no Estado, conforme as atividades e limites definidos.



baiano. Os recursos do Fundo originam-se do tesouro estadual, como também de doações, contribuições e financiamentos, sendo administrados pelo Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (DESENBANCO).

A concessão de crédito presumido de ICMS, incidente sobre as operações de saída de produtos montados ou fabricados por estabelecimentos industriais sediados no Estado, no caso do setor calçadista e seus componentes – bolsas, cintos e artigos de malharia – podem representar uma redução do imposto incidente de até 99% durante o período de até 20 anos de produção.

A Azaléia do Nordeste destaca-se como a empresa que recebeu o maior volume dos benefícios, dentre as empresas calçadistas instaladas na Bahia. Segundo dados publicados pela SEPLANTEC<sup>133</sup> a partir de informações da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado da Bahia (SUDIC)/Secretaria da Indústria Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM) esta empresa recebeu R\$ 17.411.000 em infra-estrutura (correspondendo a 65% do total de R\$ 26.597.000 investido na implantação de indústrias do setor calçadista na Bahia) e R\$ 10.000.000 em recursos do FUNDESE (correspondendo a 28% do total de R\$ 36.000.000). O crédito presumido de ICMS foi de 90%.

O Governo da Bahia comprometeu-se, também, em fornecer treinamento de mão-de-obra, estabelecendo convênios para implantação de cursos de capacitação e treinamento, cuja organização e realização ficaram a cargo da Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETRAS) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

---

<sup>133</sup> BAHIA. Secretaria de Planejamento, Ciência e tecnologia - SEPLANTEC. Superintendência de Planejamento Estratégico. *Quatro Cantos da Bahia*. Salvador: Superintendência de Planejamento Estratégico, 2001.p. 85.

(SENAI). Além disso, ficou a cargo do Estado a remuneração dos profissionais a serem treinados durante o período do curso.

Em Itapetinga, só no ano de 1997, foram treinados 426 supervisores de qualidade, que deveriam ser contratados como multiplicadores repassando aos outros trabalhadores os conhecimentos adquiridos. Entretanto grande parte desse pessoal não foi efetivamente contratado. Esse treinamento, efetuado no Centro Integral de Atendimento à Criança (CAIC), em Itapetinga, envolveu uma carga horária equivalente a 650 horas, em um regime de multifuncionalidade - formação em todos os processos, o que aumenta, substancialmente, os custos de qualificação dessa mão-de-obra.

Devido à elevada carga horária do treinamento para a formação de supervisores - oito horas diárias durante quatro meses – a mão-de-obra treinada recebeu, individualmente, uma remuneração de R\$ 60,00 mensais, além de transporte e alimentação. O custo dessa remuneração foi coberto com recursos do tesouro estadual, através do Plano Estadual de Qualificação Profissional.

No elenco dos incentivos fiscais e financeiros do Governo Federal, o Estado da Bahia e demais Estados do Nordeste contam com o apoio da SUDENE. Este órgão administra um conjunto de incentivos que inclui o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e os Incentivos Especiais de Redução do Imposto de Renda.

O FINOR<sup>134</sup> tem como objetivo oferecer apoio financeiro a empreendimentos que venham se instalar no Nordeste, Vale do Jequitinhonha, norte de Minas Gerais e

---

<sup>134</sup> FINOR - criado pelo Decreto-Lei n.º 1.376/1974.

norte do Espírito Santo. A fonte principal destes recursos provém do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas, que podem aplicar até 18% do IR a pagar.

Já os Incentivos Especiais de Redução do Imposto de Renda beneficiam empresas industriais e agrícolas instaladas e operando na área de atuação da SUDENE, correspondendo à redução do valor do IR de 75% para as novas empresas instaladas até 31/12/2003.

No caso do reinvestimento, o benefício consiste na possibilidade de reinvestimento de parte do Imposto de Renda devido, acrescido de uma parcela de recursos próprios, que deverá corresponder a 50% do valor do IR que será reinvestido. O prazo para o uso desse benefício estende-se a 2013, observando os seguintes percentuais: de 1998 a 2003 – 30 %; de 2004 a 2008 – 20% e de 2009 a 2013 – 10 %.

Todos os projetos da indústria calçadista implantados no Nordeste têm direito a esses benefícios federais, com direito a pedido de prorrogação, a ser julgado pela SUDENE, por mais 5 anos, com direito a 50% da alíquota concedida. Entretanto as propostas de solicitação dos benefícios encaminhadas a esse órgão encontram-se ainda em análise ou aguardando ofício de aprovação.

Vale ressaltar ainda que, do investimento total empreendido pela Azaléia, apenas 50% (R\$ 58.320.000) representam recursos próprios. Os outros 50% vêm do BNDS, FINOR e de financiamento de fornecedores (tabela 11). Desta forma, o valor investido pelo estado, apenas somando os valores gastos em infra-estrutura (R\$ 17.411.000) e no financiamento através do FUNDESE (R\$ 10.000), sem considerar

o crédito presumido do ICMS, equivale a quase metade do total investido pela empresa.

**Tabela 11 – Investimentos da Calçados Azaléia S/A na Região de Itapetinga até 2001**

Fontes	R\$ mil	%
Investimento total	117.253	100
Recursos próprios	58.320	50
Sistema BNDS	29.525	25
FINOR	15.137	13
Financiamento Fornecedores	14.271	12

FONTE: Azaléia citando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)<sup>135</sup>

### 3.3.2.2 A “descentralização Industrial”

O Planejamento Regional do Brasil tem se utilizado, constantemente dos incentivos financeiros e fiscais, invocando a “descentralização industrial” como saída para os desequilíbrios espaciais causados pela grande concentração de investimentos existente no Centro-Sul do país. Este processo vem atrelado à nova articulação em torno da divisão internacional do trabalho, marcada pela necessidade das indústrias de “flexibilizarem” o seu processo de produção, com o objetivo de redução dos custos e contínua adaptação às exigências do consumo em constante mutação, que leva as empresas a se multilocalizarem espacialmente para atingir os níveis de competitividade exigidos pelo mercado.

Cabe aqui tentar compreender as alterações na constituição do território que esta movimentação tem provocado no Nordeste do Brasil e, especificamente, na

região de Itapetinga. Lubambo<sup>136</sup> chama a atenção para as tendências atuais da organização do espaço no Nordeste, que são, em grande parte, de origem extra-regional e da necessidade, para entendê-las, de se partir da identificação das tendências de organização do território nacional embutidas e/ou refletidas no dinamismo do desenvolvimento da região. A autora constata uma visível movimentação na atual ordenação do espaço brasileiro e que esta movimentação corresponderia a uma “integração ao nível nacional articulada ao capital internacional, que tende a, não apenas destruir velhas regiões, e, conseqüentemente, velhos conceitos de região, mas, também, definir e criar novas porções territoriais com dinâmicas próprias”.

Dentro do novo sistema organizacional do território, as condições locais desempenham papel fundamental, uma vez que influenciam diretamente no processo de obtenção da mais valia. Conforme afirma Santos:

[...] se o mundo tornou possível, com as técnicas contemporâneas, multiplicar a produtividade, somente o faz porque os lugares, conhecidos em sua realidade material e política, distinguem-se exatamente pela diferente capacidade de oferecer às empresas uma produtividade maior ou menor. É como se o chão, por meio das técnicas e das decisões políticas que incorpora, constituísse um verdadeiro depósito de fluxos de mais-valia, transferindo valor às firmas nele sediadas.<sup>137</sup>

Tendo como referência estes elementos da atual reestruturação espacial, aos quais obedece a dinâmica de instalação do Distrito Industrial de Itapetinga, entra em

---

<sup>135</sup> CALÇADOS AZALÉIA S/A. Gerência Setorial de Bens e Consumos não Duráveis. *O Caso da Azaléia do Nordeste: Uma Experiência de Benefícios Sociais Gerados em Projetos Privados*. [S.l.], 2001. p.3.

<sup>136</sup> LUBAMBO, Catia Wanderley. *Urbanização e Desenvolvimento Regional: a Dinâmica Recente da Região Nordeste*. In: Anais do Encontro Nacional da ANPUR 6. FARRET, R. (Org.). Brasília: IPPUR/UFRJ, 1995.p. 347.

<sup>137</sup> SANTOS, Milton. *Guerra dos Lugares*. In: Jornal Folha de São Paulo, 08 de set. de 1999. Caderno Mais.

questão o fenômeno dito “descentralização industrial”. Lencioni<sup>138</sup> afirma que a tendência das indústrias deixarem de se localizar nos lugares centrais, em si, não significa que se está diante de um quadro de descentralização industrial, mas sim, com a dispersão no processo de produção. A autora diferencia os conceitos de “concentração” e de “centralização”, atribuindo ao primeiro o processo de ampliação da base de acumulação da empresa – por exemplo, através do aumento do número de máquinas e equipamentos – e ao segundo o processo de “associação, absorção ou fusão de capitais individuais sob o mesmo controle”<sup>139</sup>. Para ela, a centralização é uma reorganização da distribuição da propriedade dos capitais, no seu controle independentemente da proximidade física entre as várias unidades de produção. Esta centralização poderia se dar, mesmo nos casos das subcontratações, quando a empresa contratante tem o poder de controlar toda a produção da empresa contratada.

Trata-se de um processo de centralização do capital que consolida a hegemonia do grande capital e subordina os outros capitais à organização oligopolista e utiliza mecanismos de dispersão espacial como forma estruturante do espaço.<sup>140</sup>

Dessa forma o que pode ser observado nestes casos, como é a situação da Calçados Azaléia S/A, é que a decisão e controle do processo de valorização do capital continuam concentrados socialmente e espacialmente, apesar da dispersão espacial de suas instalações.

---

<sup>138</sup> LENCIONI, S. *Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada*. In: Revista Espaços e Debates, S. Paulo, 1988. p. 57-58.

<sup>139</sup> Ibid. p 57.

<sup>140</sup> Ibid. p.59.

### 3.4 ALGUNS ASPECTOS ECONÔMICOS E DE INFRA-ESTRUTURA DA REGIÃO DE ITAPETINGA NO MOMENTO DA INSTALAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL

Dentre os atrativos que levaram os recentes investimentos à região de Itapetinga, podem ser citados também alguns aspectos de sua localização geográfica e de infra-estrutura.

Estrategicamente situada entre os grandes eixos rodoviários que atravessam o Estado fazendo a articulação entre o Nordeste e o Sul/Sudeste do País (BR-116 e BR-101), e próxima ao porto de Ilhéus, a localização desta cidade permite fácil escoamento de produtos e recepção de insumos.

Além disso, o município dispõe de uma densa malha rodoviária que o articula às outras sedes municipais em seu entorno. Através da BA-263, Itapetinga liga-se a Itambé e à BR-116 (eixo Vitória da Conquista/Jequié). A BR-415 dá acesso a Ipororó, Firmino Alves e Nova Canaã e à BR-101 (eixo Itabuna/Ilhéus). A BA-670 dá acesso a Potiraguá e à BA-130, ligando Itapetinga a Macarani, Maiquinique e Itarantim, sem contar um novo trecho que foi inaugurado recentemente, ligando o município de Potiraguá à BR-101.

O desempenho das atividades econômicas no município de Itapetinga pode ser avaliado através do Índice do Produto Municipal – IPM, indicador estabelecido pela SEI<sup>141</sup> que visa medir a participação da renda produzida em cada município do

---

<sup>141</sup> BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. *Cidades da Bahia*. Salvador: SEI, 1997 (Série Estudos e Pesquisas, 35).

Estado da Bahia no conjunto da renda gerada no Estado com o objetivo de montar uma hierarquização das regiões de produção de economia baiana. Esse índice classifica 28 cidades entre o primeiro e o segundo nível (rede primária e secundária), correspondendo àquelas que exercem o papel de liderança sobre as principais manchas de produção do Estado, e que, em tese, representam o espaço urbano que concentra os seus maiores fluxos. Na rede primária, composta de 10 cidades e que detém 9% do ensino superior, 33% do ensino de primeiro e segundo grau, quase 50% da população, quase 3/4 dos médicos, 60% dos dentistas e 90% das emissoras de televisão, encontram-se as cidades de Vitória da Conquista e Itabuna, pólos regionais que influenciam Itapetinga.

Num segundo nível hierárquico dentro de um universo de 18 cidades, Itapetinga ocupa a 27.º posição no “chassi” da economia baiana, com um IPM de valor igual a 48,65, equivalente a 0,30 % da produção total do Estado.

Na tabela 12 selecionamos, para efeito comparativo, os valores do IPM de Itapetinga, das cidades compreendidas nos dois pólos regionais que influenciam a cidade, de Salvador e o total do Estado.

A última estimativa do Índice do Produto Municipal disponível é de 1998 e rebaixa Itapetinga da 27<sup>a</sup> para a 34.<sup>a</sup> posição dentro da Economia do Estado, o que confirma o período de estagnação econômica que a região vinha sofrendo devido à crise de sua principal atividade econômica, a pecuária bovina, já discutida no capítulo 1. Segundo informações da SEI novos valores estão sendo calculados para 2002. Provavelmente, com base nestes valores, que ainda não estão disponíveis, poder-se-á avaliar algum reflexo do processo de industrialização em andamento.



**Tabela 12– Índice do Produto Municipal do Estado da Bahia e de algumas cidades baianas em 1994**

Municípios / Estado	Índice do Produto Municipal	Classificação	%
<b>Total do Estado da Bahia</b>	<b>16.597,39</b>	–	<b>100,00</b>
Salva dor	6162,01	1.º	10,30
Ilhéus	1.085,00	3.º	6,54
Itabuna	360,05	6.º	2,17
Vitória da Conquista	335,35	9.º	2,02
Jequié	107,87	16.º	0,65
Itapetinga	48,65	27.º	0,30

Fonte: BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. *Cidades da Bahia*. Salvador: SEI, 1997 (Série Estudos e Pesquisas, 35).

As atividades terciárias na Região são muito pouco desenvolvidas. Neste setor, destacam-se apenas duas cidades: Itapetinga, que polariza o comércio de mercadorias e uma série de serviços ofertados a muitas cidades situadas em suas cercanias, e Itororó, cujo setor terciário tem um peso significativo na sua base econômica, além de dar suporte a outros municípios vizinhos.

O setor secundário, embora incipiente, quando da implantação do distrito industrial, já tinha uma base instalada nos municípios de Itapetinga, Itororó e Itambé, com a indústria de pasteurização do leite e a produção de queijos e requeijões. Especificamente no município de Itapetinga, este setor já se apresentava mais diversificado, com unidades de confecções, calçados, movelaria, materiais de construção, mineração e a indústria alimentícia. No processamento de alimentos, destacam-se duas fábricas de leite – a Vale Dourado e a Parmalat – e o MAFRIP.

No que se refere à disponibilidade de equipamentos na área social, há uma disparidade grande entre os municípios da região de Itapetinga. Em relação aos serviços médicos e hospitalares esta cidade, que oferece 167 leitos em dois hospitais e 37 unidades ambulatoriais, destaca-se das demais devido ao fato de dispor de uma melhor estrutura de atendimento e serviços prestados, atraindo a população de outros municípios vizinhos para a sua sede. Entretanto, ainda há um número significativo de casos em que a população de Itapetinga e cidades em seu entorno recorrem aos centros melhor equipados de Vitória da Conquista, Ilhéus e Itabuna ou mesmo Salvador, que funcionam como pólos absorvedores das demandas e dos fluxos de pessoas e mercadorias que circulam nessas cidades.

Há, entretanto, uma tendência, de que a renda gerada pela massa salarial devida à implantação do pólo calçadista (embora grande parte dos salários esteja na faixa do mínimo), venha dinamizar o comércio das cidades da região, bem como a oferta de alguns serviços que podem causar uma maior independência das cidades em relação a estes pólos regionais e uma maior convergência na direção de Itapetinga.

Na área de educação, o município de Itapetinga tem conseguido dotar-se de uma rede satisfatória de instituições de ensino de primeiro grau, embora a de segundo grau seja em menor escala. O censo do IBGE de 2000 aponta 15.634 matrículas no ensino fundamental e 2.381 no ensino médio. Há uma escola de nível técnico de agropecuária da CEPLAC – a EMARC-It – e a UESB, que oferece os cursos de Zootecnia, Pedagogia e Engenharia de Alimentos no campus de Itapetinga, atraindo alunos de outras regiões do estado e mesmo de outros Estados do País.

Dentre os itapetinguenses de 10 anos ou mais de idade 19,88 % não sabem ler. Apesar de ainda elevado, este índice coloca a cidade de Itapetinga entre os 57 municípios da Bahia que estão abaixo da média de 21,6 % de analfabetos entre a população de 10 ou mais anos de idade e a aproxima da média brasileira com índice de 19,7 %. Chama-se a atenção, no entanto, para o déficit educacional no conjunto dos municípios da região, principalmente nas comunidades rurais e para a dificuldade de acesso aos locais onde se encontram implantados os estabelecimentos de ensino localizados fora da área urbana. Esta situação justifica o fato de a indústria se ver obrigada a reduzir o grau de exigência em relação à escolaridade.

No que se refere às comunicações, as informações básicas municipais do IBGE – 1999 apontam a existência de 2 estações de rádio AM, uma estação de rádio FM e 2 jornais semanais, além da capacidade de sintonizar-se com 4 redes de televisão.

A rede bancária do município de Itapetinga conta com 5 instituições, sendo 3 estatais e 2 privadas. Dentre os outros municípios da região, apenas Itororó conta com 3 agências, os demais contam com apenas uma agência, geralmente do Banco do Brasil ou BRADESCO, ou um posto ligado a uma agência de um município de maior porte. O número de operações de crédito é bastante restrito nesses pequenos centros, direcionando-se a Itapetinga o maior volume de operações bancárias, tanto no que se refere a depósitos, como a operações de crédito. O município de Itororó divide parte das operações de crédito com Itapetinga, porém num volume bem menor.

Em saneamento básico o censo do IBGE de 2000 aponta que 91,1% do total de 13.336 domicílios urbanos do município de Itapetinga possuem banheiro ou sanitário com esgotamento sanitário ligados à rede geral e 97,9 % dos domicílios são ligados à rede geral de abastecimento de água. Estes dados colocam a cidade de Itapetinga numa confortável situação em relação à média geral do Estado em que estes índices correspondem respectivamente a 58,6% e 89,4% e do Brasil, onde estes valores médios atingem a 56% e 77,8% respectivamente. Se comparados à média do Nordeste, onde estes índices atingem ainda valores mais baixos, 34,7% e 66,4%, Itapetinga, que supera até mesmo os índices alcançados na região Sudeste do País, 94,6% e 79,4%, coloca-se, ainda, numa posição de maior destaque. Situação parecida acontece em relação à coleta de lixo urbano, onde Itapetinga, com 92,1% do seu lixo coletado, supera as médias da Bahia (85,6%), do Brasil (86,9%) e do Nordeste (71,9%), chegando próximo ao índice alcançado no Sudeste do País (92,3%). Entretanto, vale salientar a deficiência no destino final dos resíduos sólidos, esgotos jogados diretamente no rio Catolé e lixo depositado na área do aterro sanitário que, devido à deficiência no sistema de operação, ainda funciona como o antigo lixão a céu aberto.

Em relação à infra-estrutura urbana, as informações básicas municipais do IBGE em 1999 apontam 75% das vias urbanas do município de Itapetinga pavimentadas e 90% destas vias iluminadas. Entretanto, este mesmo levantamento aponta a existência de 1.200 domicílios de favelados e 500 cortiços cadastrados já em 1997, além da existência de dois loteamentos irregulares e habitações em áreas de risco.

Segundo levantamento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)<sup>142</sup>, em 1996 foram cadastradas 1.074 unidades empresariais em espaço urbano do Município de Itapetinga, das quais 69 do setor industrial, 473 do setor comercial e 532 prestadoras de serviços. Dessas empresas 65,3% enquadram-se como microempresas. O levantamento indica ainda a grande concentração dessas empresas na sede do município e mais precisamente nos bairros do centro de Itapetinga, principalmente na praça Augusto de Carvalho, ruas José Bonifácio, D.Pedro II e Barão do Rio Branco.

Numa avaliação geral, pode-se perceber que a cidade de Itapetinga possui, além da mão-de-obra barata e dos atrativos creditícios e fiscais, também outros atrativos que a colocaram numa situação vantajosa na disputa locacional pela instalação de novos investimentos.

### 3.5 O NOVO CENÁRIO E O ESPAÇO URBANO

Tendo em vista o caráter “flexível” dos novos empreendimentos que se instalam em Itapetinga, seus reflexos tornam-se difíceis de serem analisados com largos horizontes de duração, tal como ocorria com investimentos até alguns anos atrás. Graças à “flexibilidade”, o projeto tem estado em constante mutação. Assim, alterações substanciais em relação ao projeto original já ocorreram durante sua implantação e não param de ocorrer a cada momento do seu processo produtivo.

Mesmo considerando as dificuldades de análise dos impactos do projeto – não só devido ao seu caráter flexível, mas também porque se encontra ainda em

---

<sup>142</sup> SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e pequenas Empresas . *Perfil Empresarial Itapetinga*. Salvador: SEBRAE/BA, 1996,

fase de implantação – pode-se adiantar que tende a provocar uma reorganização espacial dos fluxos econômicos na Região Econômica do Sudoeste da Bahia e mais especificamente, nos municípios envolvidos. Pois, mesmo considerando que esse movimento apenas se inicia e que seus verdadeiros resultados só o tempo poderá expor com clareza, sabemos que as transformações irão afetar de maneira irreversível o espaço urbano das cidades.

Tomando a divulgação oficial do número de empregos oferecidos até maio de 2001<sup>143</sup>, 3.309 empregos só na cidade de Itapetinga, e a população economicamente ativa desta cidade – com idade entre 15 e 64 anos – pelo censo do IBGE de 2000 que somam 36.991 pessoas, pode ser visto que apenas os empregos diretos, oferecidos pela Azaléia, devem ocupar em torno de 9% dessa população. Aceitando as alternativas levantadas por Porto et al.<sup>144</sup>, de que para cada emprego direto podem ser gerados entre zero e três empregos indiretos, teríamos, na situação extrema de três empregos indiretos para 1 direto, 13.236 empregos oferecidos o que representaria 36 % dessa população ativa.

A dimensão dos impactos sobre a cidade de Itapetinga torna-se ainda mais evidente, considerando que além destes 3.309 empregos em seu território, mais 1.103 empregos, segundo divulgação da empresa em maio de 2001<sup>145</sup>, encontram-se distribuídos espacialmente em outros municípios que sofrem uma polarização econômica por esta cidade.

---

<sup>143</sup> CALÇADOS AZALÉIA S/A. Gerência Setorial de Bens e Consumos não Duráveis. *O Caso da Azaléia do Nordeste: Uma Experiência de Benefícios Sociais Gerados em Projetos Privados*. [S.I.], maio de 2001 p.3

<sup>144</sup> PORTO, Edgar et al. *O Empreendimento da Azaléia em Itapetinga*. Não publicado. 21 p.

<sup>145</sup> CALÇADOS AZALÉIA S/A. Gerência Setorial de Bens e Consumos não Duráveis. *O Caso da Azaléia do Nordeste: Uma Experiência de Benefícios Sociais Gerados em Projetos Privados*. [S.I.], maio de 2001 p.3

Em relação ao Índice do Produto Municipal, os estudos de Porto et al.<sup>146</sup> apontam uma variação entre 7% e 25% de incremento para a cidade de Itapetinga, a depender da hipótese de geração de empregos indiretos adotada. Nestes estudos, não foram consideradas as possibilidades de que novas indústrias fornecedoras de serviços complementares sejam atraídas para a região e, principalmente, para a cidade de Itapetinga, melhor equipada para receber estes investimentos, o que pode aumentar imensuravelmente a ordem de grandeza dos impactos.

Baseados nestes resultados, os autores apontam uma tendência à reorganização da estrutura urbana de Itapetinga a partir das novas demandas sobre o comércio e serviços que tendem a promover um adensamento dos fluxos dentro da região causando uma maior independência de suas cidades com os dois maiores pólos comerciais, Itabuna e Vitória da Conquista e uma convergência na direção de Itapetinga, cidade que já mantém a hegemonia na atração dos fluxos econômicos regionais. Para eles, entretanto, isto não significa uma redefinição da hierarquia dentro da Região Sudoeste em relação a Vitória da Conquista visto que seu porte é por demais elevado frente a Itapetinga, mas será uma alteração importante, uma vez que, como já citado, esta última cidade possuía uma forte dependência do comércio de Vitória da Conquista, principalmente, e de Itabuna de forma secundária.

Os primeiros indícios destas novas demandas podem ser observados na tabela 13, que indica, no período compreendido entre janeiro de 1997 e março de 2001, a constituição de 653 novas empresas e o cancelamento de 60. Considerando-se a diferença entre o número de empresas constituídas e canceladas

---

<sup>146</sup> PORTO, Edgar et al. *O Empreendimento da Azaléia em Itapetinga*. Não publicado. 21 p.

neste período, observa-se um acréscimo de 593 novas empresas ao município, o que significa um acréscimo de 55,2% ao número de 1.074 empresas cadastradas pelo SEBRAE em 1996.

**Tabela 13 – Quantitativos de empresas constituídas e canceladas no município de Itapetinga, BA – No período de janeiro de 1997 a abril de 2001**

Ano	Empresas Constituídas	Empresas Canceladas
1997	137	9
1998	167	20
1999	146	8
2000	179	19
2001	24	4

FONTE: Junta Comercial do Estado da Bahia em documento à Câmara de Dirigentes Lojista de Itapetinga em 15 de março de 2001

Por outro lado, se a oferta de empregos diretos e indiretos se eleva, também haverá um decorrente processo migratório inevitável e imprevisível nas suas direções demandando infra-estrutura urbana, e gerando problemas de segurança e reorganização social: dos costumes, da cultura e dos comportamentos, o que implica em novo ordenamento no espaço urbano e na necessidade de se estabelecer novas prioridades no investimento dos recursos públicos.

O reforço na economia local e regional, se por um lado impulsiona uma reestruturação urbana, principalmente com um processo de descentralização das nucleações de atividades econômicas, por outro lado revela novas questões tipicamente urbanas como demandas por habitação, infra-estrutura, serviços públicos e outras. As demandas agora já não são as de uma pecuária pouco exigente em relação às atividades urbanas; são de outro porte, de outra velocidade



e outra intensidade. Isso acontece sobretudo na medida em que esta cidade se transforma no *locus* capaz de absorver novos fluxos de pessoas.

Uma parte dos fluxos, a mais qualificada, vem principalmente do Rio Grande do Sul. Em relação ao fluxo de mão-de-obra menos qualificada, grande parte se origina na Região Sudeste do país; pessoas que, para lá, haviam imigrado e agora retornam na esperança de uma condição de vida melhor em Itapetinga diante desse novo surto de desenvolvimento. Outra parte predominante corresponde a pessoas expulsas do Extremo Sul do Estado devido aos processos de modernização do campo. Entretanto, muitas dessas pessoas não possuem a qualificação necessária para serem absorvidas pelas fábricas e ficam pela cidade à procura de serviços esporádicos ou terceirizados. Essa condição é reforçada pela alta rotatividade do empregados nas novas indústrias, principalmente na Azaléia onde se estima que em torno de 150 operários têm sido renovados por mês.

A rotatividade se agrava á medida em que os funcionários que começam a sentir os sintomas decorrentes das doenças relacionadas ao trabalho, como visto em 3.3.2. Continuando a trabalhar nas mesmas condições, a despeito de sentirem muitas dores, os trabalhadores se vêem forçados a pedir demissão.

Ribeiro chama a atenção para os perigos da alta rotatividade no emprego, lembrando que estas características, que fazem da exclusão um elemento estruturante da modernização brasileira, atingem “a identidade do trabalhador, a sua crença na real garantia de direitos sociais e nos processos de organização e

reivindicação da classe trabalhadora e cria a impossibilidade de projetos individuais e familiares”.<sup>147</sup>

O distanciamento histórico não é ainda o necessário para obter dados censitários que possam refletir este processo que se encontra em andamento em Itapetinga – devido ao curto período de três anos entre o início da implantação do investimento e o censo do IBGE de 2000; insuficiente para a consolidação de movimentos migratórios – pode-se, porém, observar uma ligeira tendência à mudança no crescimento populacional registrada a partir da contagem de 1996 do IBGE, até o censo de 2000, já discutida na introdução deste trabalho.

Os trabalhos realizados por Costa e Monte-Mor<sup>148</sup> em cidades industriais planejadas em Minas Gerais, tomando como estudo de caso as cidades de Ipatinga, João Monlevade e a ocupação do Vale do Aço, devido à implantação da indústria Cenibra demonstram que, mesmo diante de diversas estratégias de planejamento nessas regiões torna-se muito difícil, se não impossível, controlar as conseqüências do crescimento desordenado provocado por estes fluxos migratórios.

Em Itapetinga, novas cidades começam a se inserir dentro da cidade existente, novas centralidades se estabelecem, mas ainda não o suficiente para retirar a força do antigo centro que, cada vez mais sobrecarregado, começa a dar sinais de esgotamento, de sua capacidade de suporte, evidente na grande especulação nos valores do solo nesta área.

---

<sup>147</sup> RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Urbanidade e Vida Metropolitana*. Rio de Janeiro: JOBRAN – Livraria e Editora, 1996. p.21.

<sup>148</sup> COSTA, Heloísa Soares de Moura e MONTE-MOR, Roberto Luis de Melo. *Cidades industriais planejadas e a exclusão da força de trabalho* In: Anais do Encontro Nacional da ANPUR 6. FARRET, Ricardo L. (Org.). Brasília: IPPUR/UFRJ, 1995.p. 420-430.

Em relação às áreas habitacionais, novas demandas para faixas de rendas distintas implicam em novos comportamentos e novos padrões de consumo. Em relação às demandas requeridas pelos emergentes segmentos com alto poder aquisitivo, existe ainda uma grande oferta de áreas desocupadas nos loteamentos localizados a Oeste da cidade ( ver mapa temático 10). Entretanto, a grande pressão nas demandas para as populações de baixa renda não encontra ainda uma oferta satisfatória, uma vez que a maioria dos loteamentos foram planejados com vista a atender às solicitações da atividade pecuária que envolvem pouca utilização de mão-de-obra assalariada urbana. Dessa forma, uma forte pressão eleva os preços dos terrenos nas áreas centrais e loteamentos oferecidos à população de baixa renda.

De acordo com entrevistas realizadas com agentes do mercado imobiliário, após um longo período de estabilidade houve uma variação média de 100% nos valores do solo, no período compreendido entre 1997 e 2002, como pode ser visto na tabela 14. Entretanto, chama-se a atenção para os incrementos iguais ou acima desta média nas áreas centrais e nas de menor valor, e abaixo desta média nos loteamentos mais afastados do centro com valores medianos, como é o caso dos bairros Recanto da Colina, Clodoaldo Costa, Otávio Camões e Primavera.

**Tabela 14 – Variação dos valores médios do solo urbano em alguns bairros da cidade de Itapetinga – 1997/2002.**

Bairro	Valor do solo em R\$/m <sup>2</sup>	
	1997	2002
Centro	100,00	300,00 a 500,00
Morumbi	20,00 a 30,00	40,00 a 60,00
Quintas do Morumbi e Camacã	15,00 a 20,00	30,00 a 40,00
Recanto da Colina	10,00 a 20,00	15,00 a 30,00
Clodoaldo Costa, Otávio Camões Primavera	15,00 a 20,00	20,00 a 30,00
Nova Itapetinga	10,00 a 15,00	20,00 a 25,00
Vila Isabel, Clerolândia, Vila Aurora e adjacências	5,00 a 10,00	10,00 a 20,00
Vila Sônia e Vila Maria	5,00	10,00 a 15,00

FONTE: Valores médios estimados pela autora a partir de entrevistas com agentes do mercado imobiliário.

Em vista disso, o crescimento sem planejamento de Itapetinga começa a manifestar-se na constituição dos novos espaços urbanos, como é o caso do que vem ocorrendo em ocupações como as do bairro Américo Nogueira (Entre-Ricos) além do adensamento das ocupações na Vila Suzano e Vila Sônia, próximas ao distrito industrial. São espaços com baixa qualidade sócio-ambiental e periféricos num sentido que transcende o meramente geográfico, começando a contrastar com a bela cidade modernista das décadas de 1950, 1960 e 1970 ou com o “projeto de embelezamento”, a que se tem submetido na contemporaneidade.

Sampaio<sup>149</sup> reforça que a aparência desordenada das grandes cidades expressas pelas favelas, arruamentos de traçado irregular, cortiços etc, revelador da

<sup>149</sup> SAMPAIO, Antônio Heliódoro Lima. *Formas Urbanas: Cidade Real e Cidade Ideal; contribuição ao estudo urbanístico de Salvador*. Salvador: Quarteto Editora/PPG/AU, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1999. 432 p.

condição de moradia de grande parte, senão da maioria da população, faz parte do processo de acumulação do capital, visto que compõe o quadro do chamado exército de reserva indispensável ao rebaixamento dos custos da mão-de-obra inerente à produção.

Os problemas urbanos podem se agravar ainda mais, diante da possibilidade de que, vencidos os dez anos de isenção fiscal, estas empresas saiam de Itapetinga para instalar-se em outros centros que ofereçam melhores condições, deixando uma grande massa de desempregados e inúmeros problemas sociais a serem enfrentados pelo poder público e a sociedade local. Esta possibilidade, já ocorrida em vários outros lugares, é levantada por Teixeira e Guerra, diante da possibilidade de implantação da Ford em Salvador:

Os problemas decorrentes da política de incentivos fiscais para o Nordeste já foram exaustivamente examinados por vários estudiosos da realidade nordestina. No caso da Bahia, estes problemas relacionaram-se com a alta taxa de turn-over das empresas instaladas no CIA. Para alguns autores, esta alta rotatividade denotaria uma estratégia puramente rentista de vários grupos nacionais e internacionais. Eles se instalariam na região para aproveitar os incentivos. Uma vez esgotados tais incentivos, suas plantas eram transferidas para mercados mais dinâmicos<sup>150</sup>.

Por outro lado os estudos da SEPLANTEC<sup>151</sup> identificam como fundamental a diversificação do perfil das empresas do pólo calçadista baiano para dar continuidade à sua cadeia produtiva. O trabalho mostra a existência de lacunas em elos fundamentais dessa cadeia que podem representar uma ameaça à sustentabilidade das empresas no longo prazo, principalmente ao término dos incentivos. A ameaça se dá principalmente devido aos elevados custos de estoques

---

<sup>150</sup> TEIXEIRA, Francisco e GUERRA, Osvaldo. *50 Anos da Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica*. In: Bahia Análise e Dados, V. 1. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2000. p. 87-98.

e deslocamento de insumos e do produto final. Considerando que a competitividade dessa cadeia é em grande medida assegurada, principalmente, pela presença local de fornecedores de insumos especializados, componentes, equipamentos e serviços educacionais, de pesquisa e suporte técnico, assim como de empresas que atuam em setores correlatos, alerta-se para os riscos de fechamento dessas empresas uma vez vencidas as vantagens obtidas a partir dos incentivos oferecidos pelo Estado.

Dessa forma, torna-se fundamental o preenchimento das lacunas e uma série de cuidados com as demandas urbanas para que a solução encontrada para a crise da pecuária não se transforme em problemas urbanos sem precedentes, não só para a cidade de Itapetinga, mas para toda a sua região.

---

<sup>151</sup> BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e tecnologia - SEPLANTEC. Superintendência de Planejamento Estratégico. *A indústria Calçadista na Bahia*. Salvador: Superintendência de Planejamento Estratégico, 2000.

---

DISTRITO INDUSTRIAL. ITAPETINGA-BA



Fotos: Dom Fontinelli (2000)

---

*Foto 70 – Complexo industrial Azaléia do Nordeste S/A – fábrica mãe.*

*Foto 71 – Indústria Brasileira de Bicicletas – IBB.*

## Mapa Temático 14

# ESTADO DA BAHIA

## Localização da Indústria Calçadista - 2000



### CONVENÇÕES

- Limites Estaduais
- Metrôpole
- Localidades
- Rodovias
- Indústrias Implantadas
- Indústrias em Implantação
- Protocolo assinado

N



0 40 80 120 Km

#### FONTE:

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e tecnologia  
SEPLANTEC. Superintendência de Planejamento Estratégico.  
A indústria Calçadista na Bahia. Salvador: Superintendência  
de Planejamento Estratégico, 2000.

#### BASE CARTOGRÁFICA:

IBGE. Mapas - 2002

#### ELABORADO POR:

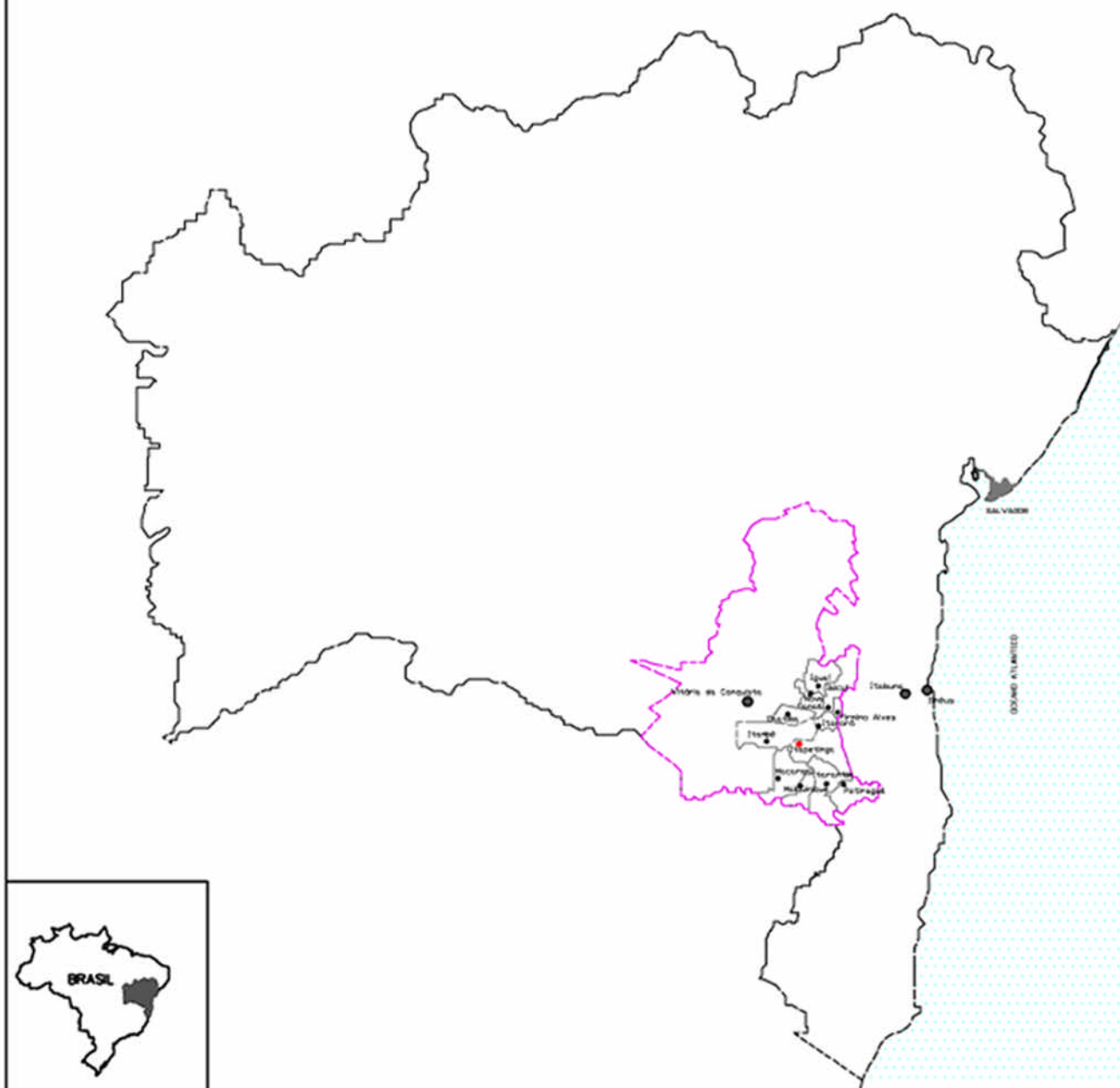
Neilma Gusmão de Oliveira



## Mapa Temático 15

# ESTADO DA BAHIA

## Localização da Indústria Calçados Azaléia do Nordeste S/A na região de Itapetinga



### CONVENÇÕES

- Limites Estaduais
- Limites da Região Sudoeste
- Limites municípios sede das unidades de produção
- Metrôpole
- Cidades de 100 a 500 mil habitantes que influenciam a microrregião
- Fábrica mãe e algumas filiais
- Filiais

N



0 40 80 120 Km

### FONTES:

Calçados Azaléia S/A - 2001

### BASE CARTOGRÁFICA:

IBGE, MAPAS - 2002

### ELABORADO POR:

Neirno Guernão de Oliveira

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao procurar apreender a constituição da estrutura urbana da cidade de Itapetinga, BA, a complexidade, na qual está inserida a questão urbana nos seus aspectos mais substantivos, não pode deixar de ser considerada. Tentando remeter, à “totalidade” da estrutura, cada aplicação particular, provavelmente deixou-se de considerar alguns fatos históricos importantes. Nestas considerações finais, sem ignorar os riscos de simplificação a que a síntese conduz, busca-se sintetizar os fatos identificados como essenciais, no processo histórico das relações sócio-espaciais que determinaram a formação da cidade, à compreensão de sua realidade contemporânea.

Diversas foram as transformações vividas pela cidade de Itapetinga durante este meio século compreendido entre 1952 e 2002. Para os habitantes da cidade, grande parte destas transformações passa quase despercebida, em parte, devido ao fato de terem se habituado lentamente a elas. Entretanto, observando a constituição da “estrutura urbana” da cidade, a partir dos três eixos de análise estabelecidos – o processo de acumulação do capital, as ações do Estado e a configuração espacial – pode-se, facilmente, identificar a existência de forças de natureza social, econômica e política que atuaram na determinação destas transformações materializadas na organização do espaço.

Analisando o processo de acumulação do capital, constataram-se seis diferentes etapas no sistema de produção, determinantes dos períodos históricos que serviram de base ao desenvolvimento do estudo: a instalação da atividade pecuária; o apogeu desta atividade; o início da crise e surgimento da pecuária mista; a instalação da indústria agropecuária; a estagnação econômica e, por último, a instalação do “Distrito Industrial”.

À medida que se sucediam estes períodos, a configuração espacial da cidade ia sendo modelada pelos diversos agentes que aí atuaram, buscando defender seus interesses, enquanto se alternavam rápido e vigoroso crescimento, crise, estagnação e euforia. Dentre estes agentes destacam-se: os proprietários dos meios de produção; os proprietários do solo urbano e o Estado.

Um aspecto marcante, em todo o percurso histórico desta cidade, foi a grande capacidade dos detentores do capital em modelar o espaço urbano, fazendo prevalecer os seus interesses na grande maioria das situações.

A constatação de uma substituição dos agentes que detiveram o poder econômico ao longo da história não nega essa situação, pelo contrário, só a deixa mais evidente. Capazes de definir o poder político à medida que detinham o capital, estes agentes iam condicionando também as ações do Estado e, por conseqüência, a configuração espacial da cidade. Dessa forma, cada grupo que assumia o poder econômico ia também modelando a cidade conforme os seus interesses, que se alternavam, como se demonstra na sucessão histórica dos períodos estudados.

Os proprietários fundiários do solo rural que, em muitos casos, eram também proprietários do solo urbano, durante a rápida ascensão da pecuária de corte, produziram uma sociedade baseada na absoluta submissão econômica, social e política do trabalhador e conduziram ao esgotamento dos recursos naturais que, mais tarde, viria a ser um dos grandes determinantes da crise do próprio sistema de produção.

Possuidores de uma forte ligação cultural com a terra e, conseqüentemente, com a cidade, e de uma grande capacidade de articulação e empreendimento, estes agentes se apropriaram e moldaram o espaço urbano objetivando demonstrar o seu poder econômico e transformar a cidade no maior centro de comércio de gado do Norte e Nordeste do Brasil. Dessa forma, todos os grandes empreendimentos, públicos e privados, foram conduzidos de modo a construir, nas áreas centrais, uma imagem de cidade moderna e próspera. O descaso com a precariedade que crescia nos espaços periféricos, entretanto, iam tornando evidentes as desigualdades do espaço urbano à medida que se acirravam as diferenças dentro da sociedade local.

Com a primeira manifestação da crise econômica e surgimento da pecuária de leite chegaram os pequenos laticínios e a grande indústria multinacional. Constataram-se, então, novas formas de submissão nas relações sociais e econômicas, desta vez do produtor de leite e das pequenas indústrias de laticínio em relação à grande indústria. Novo agente detentor do capital, a indústria passou a dividir, com o grande produtor, o poder de determinar as principais ações do Estado, que continuavam a ser, principalmente, no sentido de fortalecimento, não só da atividade pecuária, como também do comércio e industrialização de seus produtos.

Por outro lado, dentro da própria classe dominante, alguns conflitos de interesses, na luta pela hegemonia política, conduziram a uma divisão em dois grupos que passaram a se alternar na administração local, determinando a maior ou menor atração de recursos federais e estaduais na região, conforme a maior afinidade ou divergência entre os grupos estabelecidos nos poderes municipal e estadual em cada período.

O acirramento da crise viria agravar a perda de poder econômico e, conseqüentemente, político do produtor regional que começou a perder espaço para grandes grupos ligados à atividade pecuária em outras regiões. Se, por um lado, esta situação gerou um momento de profunda estagnação econômica da cidade, por outro lado, o baixo crescimento populacional em conseqüência da estagnação, apesar de estar atrelado à falta de perspectivas, conduzia à falsa aparência de absoluto controle sobre os problemas urbanos. Isto se deu devido aos investimentos realizados em infra-estrutura urbana, que conseguiram colocar os indicadores de Itapetinga em condição de destaque no Nordeste do Brasil, mesmo considerando que, com a grande ausência de investimentos do Governo Estadual no período, a prefeitura contava apenas com os escassos recursos oriundos da arrecadação municipal.

Com a implantação do Distrito Industrial que tem como principal investimento a Azaléia do Nordeste S/A., como solução encontrada pelo poder público para a crise da economia regional, surgiriam novos agentes com poder econômico e político suficiente para dominarem a cena em todas as principais ações, capazes de determinar a configuração espacial da cidade, que sucederam a este período: os

dirigentes da nova indústria e os segmentos ascendentes ligados ao comércio e aos serviços.

Os grandes investimentos realizados a partir de então, contando, inclusive, com grande volume de recursos estaduais, voltaram-se para o atendimento das necessidades destes novos agentes que, exógenos à cidade, não desenvolveram, em relação a ela, qualquer expectativa além de transformá-la no *locus* da produção capaz de propiciar a extração do maior lucro possível a partir do capital aí empregado.

Os fatos relatados reforçam a hipótese inicial de que durante as várias etapas do processo de acumulação e reprodução do capital em Itapetinga, tem havido uma substituição histórica dos agentes detentores do poder econômico e, conseqüentemente, do poder político, capazes de direcionar as ações do Estado, determinando, assim, a estrutura do espaço urbano da cidade.

Dentro do jogo de poder estabelecido no processo de acumulação do capital, na região de Itapetinga, o papel desempenhado pelos proprietários do solo urbano na determinação da configuração espacial da cidade, merece destaque. Principais responsáveis pela estruturação espacial da maioria das cidades na sociedade capitalista, esses agentes, no caso específico de Itapetinga, foram ao mesmo tempo os maiores proprietários dos meios de produção – a propriedade rural agrária – e também os principais articuladores das ações do Estado no Município, concentrando assim, durante quase meio século, praticamente todo o poder de determinação na produção do espaço urbano nesta cidade.

Vale ressaltar, ainda em relação à propriedade da terra na região de Itapetinga, a sua grande concentração em mãos de poucos proprietários, tanto no que diz respeito ao solo rural, como em relação ao solo urbano loteado, retido apenas na mão de 13 proprietários dos quais apenas três detêm 67,12% das terras loteadas.

Se a produção do espaço urbano, historicamente determinada, traz as marcas dos conflitos sociais, políticos e econômicos em jogo na sociedade capitalista, o papel desempenhado pelo Estado, como árbitro responsável pela produção e/ou fiscalização da normativa jurídica capaz de regular e mediar estes conflitos, torna-se fundamental. Em Itapetinga, duas foram as principais iniciativas no sentido de estabelecer normas que regulassem esta produção do espaço urbano: em 1972, um plano elaborado através de convênio entre o SAAU/UFBA e a Prefeitura Municipal de Itapetinga, que não chegou a ser apreciado pela Câmara de Vereadores e, em 1981, um novo Plano elaborado pela empresa de consultoria PROURB, apresentando-se como revisão do primeiro. Este último Plano foi submetido à Câmara e aprovado em 1982. Contudo, nunca chegou a ser efetivamente implementado.

A normativa jurídica estabelecida nesse plano obedecia principalmente aos interesses dos proprietários do solo urbano e, nos poucos casos em que ia de encontro a estes interesses, o Estado foi conivente com a sua desobediência, abrindo mão de sua função fiscalizadora.

Assim, reduzindo-se a um jogo de linguagem que apenas legitimava o jogo de poder previamente estabelecido, o planejamento urbano na cidade tem se

acomodado às limitações impostas pela estrutura social existente. Como resultado, a cidade real, embora incorporando aqui e ali alguns traços das cidades idealizadas nos planos diretores, na prática tem sua estrutura concreta materializada em função da ação dos proprietários do solo urbano ou da implantação de grandes investimentos localizados, menos relacionados com o planejamento que com os interesses dos grupos que ocupam o domínio do poder econômico no momento de sua realização.

Objetivando extrair do solo urbano a maior renda possível, as estratégias utilizadas por seus proprietários tem sido diferentes conforme a situação. Se por um lado, parcelam o solo dentro dos parâmetros legais quando a situação é conveniente para a valorização de loteamentos destinados à população de alta renda, por outro, desobedecem completamente a estes parâmetros, com a conivência do poder público, na intenção de tornar mais rentável o solo urbano menos valorizado.

Ao comparar a cidade real à normativa jurídica estabelecida no Plano Diretor de 1982, constatou-se, em vários aspectos, sua completa inobservância nos loteamentos aprovados no período em que a lei já se encontrava em vigor. Para ilustrar esta situação, alguns casos podem ser citados: o processo a ser cumprido para obtenção de licença de parcelamento do solo não tem obedecido aos requisitos mínimos exigidos pela Lei Municipal 362 de 1982<sup>152</sup>; a implementação dos equipamentos urbanos pelo proprietário do loteamento conforme determinada em Lei, só foi observada em 1 dos 11 loteamentos regulamentados a partir de 1982; dos 11 projetos de loteamento aprovados pela prefeitura a partir desta data, apenas 4

---

<sup>152</sup> ITAPETINGA. Lei Municipal N.º 362 de 1982. Dispõe sobre o parcelamento do solo da Cidade de Itapetinga e dá outras providências. Itapetinga, 1982.



atendem à reserva mínima de 35% da área destinada a espaços públicos, como determinado na lei 6.766/79<sup>153</sup> e ratificado no PDDU de Itapetinga e, a grande maioria dos loteamentos não apresenta qualquer responsável técnico pela elaboração do projeto. Além disto, foram constatadas a existência de áreas loteadas fora do perímetro urbano vigente e, em diversos casos, a apropriação ilegal de espaços públicos pela iniciativa privada com a total conivência do poder público municipal.

Vale ressaltar a constatação de que o Perímetro Urbano definido na Legislação Municipal ultrapassa, em muito, as necessidades de expansão da cidade na época em que foi instituído, o que veio a beneficiar a expansão das áreas loteadas que tinham como proprietário o prefeito responsável pelo estabelecimento dessa lei. Mesmo 20 anos depois, a área delimitada como urbana ainda possui grandes espaços vazios ou com ocupação rarefeita. Esta situação, que provoca a elevação dos custos na implementação de infra-estrutura e equipamentos, foi observada por Sampaio e demonstrada através de um cálculo de projeção populacional para os anos de 1990 e 2000<sup>154</sup>, já no ano de 1983.

Em relação às grandes empresas, o que se observa nesta cidade é sua localização obedecendo exclusivamente à estratégia que melhor atenda aos seus interesses, sem levar em consideração qualquer tipo de planejamento anteriormente definido.

---

<sup>153</sup> BRASIL Lei 6.766 de 19 de Dezembro de 1979 que dispõe sobre o parcelamento do solo e dá outras providências.

<sup>154</sup> SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. Parecer Técnico sobre a área afetada pelo decreto n.o 1.229 de 02/03/1983, da Prefeitura Municipal de Itapetinga.

Dessa forma, no espaço urbano concreto, marcado por desigualdades e segregação, evidencia-se a grande distância entre a cidade real e a cidade ideal estabelecida nos planos propostos. Essa condição reforça a segunda hipótese colocada inicialmente de que, a despeito das iniciativas “localizadas” de Planejamento, a configuração espacial de Itapetinga sempre esteve à mercê do capital fundiário, proprietário do solo urbano, historicamente atrelado aos agentes detentores do poder político e econômico na região.

A característica de um planejamento formal, deslocado da prática, não é exclusividade de Itapetinga, faz parte de uma tendência em todas as esferas da administração pública no Brasil como atestam Keinert e Jannuzzi<sup>155</sup>. Os poucos planos que têm sido realizados, espasmodicamente, estão apenas preocupados em cumprir as condições exigidas na busca de financiamentos nacionais e internacionais.

É neste contexto que se encontra em elaboração mais um plano diretor para Itapetinga, através de uma iniciativa da Prefeitura Municipal viabilizada por programa coordenado pela CAR, com 65 % dos recursos financiados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Este Plano em elaboração, responde à necessidade do planejamento, como forma de legitimar o novo processo de industrialização estabelecido na região, baseado no modelo de “acumulação flexível” do capital e que tem como principal característica a efemeridade das situações e a impossibilidade de projeções em longo prazo. Dessa forma, após a realização de

---

<sup>155</sup> JANNUZZI, R. C. e KEINERT, P. M. *Distribuição espacial da população, desenvolvimento regional e as novas demandas públicas no interior paulista*. In: Anais do Encontro Nacional da ANPUR 6. FARRET, R. (Org.). Brasília: IPPUR/UFRJ, 1995.

grandes investimentos do Governo do Estado sem estarem atrelados a qualquer tipo de ação planejadora, busca-se atender às exigências de órgãos externos de financiamento, através da utilização do discurso do “processo participativo” na elaboração de um Plano Diretor. Contudo, na prática, até o presente momento, não foi observado nenhum envolvimento efetivo da comunidade em sua elaboração, ficando esta participação restrita aos grupos alinhados ao poder político estabelecido.

O percurso traçado pela história da cidade, entretanto, atesta que a institucionalização de Planos sem uma efetiva participação não tem sido suficiente para assegurar a sua implementação pelo poder público municipal e, muito menos, para a legitimação do processo de planejamento pela sociedade.

Ao observar a dinâmica estabelecida na região de Itapetinga, diante da Implantação do novo Distrito Industrial, percebe-se que as expectativas da comunidade em relação aos benefícios que poderão advir como conseqüência deste “sonho de pólo calçadista” têm sido grandes. No entanto, apesar da grande quantidade de empregos oferecidos, e dos ganhos conquistados devido ao grande volume de recursos estaduais investidos na região em conseqüência desse empreendimento, algumas considerações merecem ser feitas pois, apesar da cegueira provocada por esse processo de euforia, não se pode deixar de estar atento aos riscos que as conseqüências desse processo podem representar para o espaço urbano das cidades da região e, mais especificamente, o da cidade de Itapetinga.

A primeira consideração é que o “modelo flexível” adotado, emprestado de outros lugares do mundo, que guardam características completamente adversas à realidade do Nordeste Brasileiro e, mais especificamente, à região de Itapetinga, conduziu, nesta localidade, a um grande contingente de trabalhadores não qualificados e remunerados a baixos níveis salariais e um alto índice de rotatividade da mão de obra. Esta situação tende a provocar intensos fluxos migratórios para a região e principalmente para a cidade de Itapetinga. Por outro lado, devido a este próprio caráter flexível do empreendimento, que está constantemente sujeito a alterações e ajustes, seus reflexos tornam-se difíceis de serem analisados em largos horizontes de tempo.

Mesmo diante das dificuldades em analisar os impactos gerados pelo projeto, pode-se adiantar que tende a provocar uma reorganização econômica na Região Sudoeste da Bahia e, especialmente, em Itapetinga, para onde os fluxos econômicos das cidades afetadas por esse empreendimento tendem a convergir, causando uma maior independência desta cidade em relação aos principais pólos regionais que a influenciam – Itabuna e Vitória da Conquista – principalmente no que se refere ao comércio e aos serviços.

Por outro lado, o grande volume de investimentos estaduais destinado ao espaço urbano de Itapetinga, passando ao largo de qualquer planejamento, não tem sido direcionado priorizando preparar a cidade e dotá-la de infra-estrutura e serviços urbanos que atendam a estas demandas. Mais uma vez, estes investimentos têm sido canalizados apenas para atender às exigências dos donos do capital, no caso específico, a grande indústria e o setor de comércio e serviços.

Além disto, a cidade tem vivido constantemente sob a ameaça de que o investimento migre para outras regiões, diante das tentativas de organização sindical dos trabalhadores, uma vez que, as principais vantagens locacionais que motivaram a vinda desta empresa para o Nordeste foram os baixos salários praticados e a baixa capacidade organização da classe trabalhadora nesta região.

Para agravar ainda mais a situação, existem os riscos diante da possibilidade de que, uma vez esgotados os benefícios fiscais e creditícios, estas empresas saiam de Itapetinga para instalar-se em outros centros que ofereçam condições mais vantajosas, deixando uma grande massa de desempregados e inúmeros problemas sociais a serem enfrentados pelo poder público e comunidade local. Situações semelhantes já ocorreram com a indústria madeireira em algumas cidades no Extremo Sul da Bahia, como Teixeira de Freitas e Itamarajú.

Os próprios estudos desenvolvidos pelo governo do Estado através da SEPLANTEC<sup>156</sup> apontam os riscos do fechamento das empresas do ramo calçadista na Bahia ao final dos benefícios fiscais e creditícios, caso não sejam preenchidos elos fundamentais em sua cadeia produtiva de forma a alcançar a redução de custos possibilitada por uma economia de aglomeração. Considerando que estas empresas vieram para a Bahia em virtude de outros fatores, que não os relacionados com vantagens decorrentes das economias de aglomeração, só a articulação capaz de proporcionar estas vantagens poderia compensar a perda dos benefícios de ordem fiscal e creditício ou uma possível melhor organização sindical e conseqüente pressão por melhores salários que possam ocorrer a longo prazo.

Desta forma torna-se fundamental, o preenchimento destas lacunas e uma cuidadosa atenção às demandas urbanas para que o “sonho de pólo calçadista” não se transforme, de “solução” para a crise pecuária, em fonte de problemas urbanos sem precedentes, não só para a cidade de Itapetinga, mas para toda a sua Região.

A constatação de que o crescimento acelerado, desordenado e mal regulado, aumenta os riscos de desigualdade e exclusão social, exige cautela. Torna-se necessário a clareza de que eficácia econômica e justiça social não podem andar separadas, e que só a atitude da sociedade local poderá definir pela não reprodução de erros históricos; para que este processo de industrialização na região de Itapetinga, ainda que tardio, não repita, em menor escala, os quadros da Industrialização da Europa no século XIX, tão bem descritos por Engels<sup>157</sup> e Hall<sup>158</sup> que se repetiram no Sudeste do Brasil a partir do início do século XX e levaram as principais metrópoles brasileiras ao cenário de incertezas da condição de urbanização sem “urbanidade” definida por Ribeiro<sup>159</sup>.

Chama-se atenção para as questões aqui colocadas em relação às transformações que o espaço urbano de Itapetinga vem sofrendo. Estas questões, que estamos ainda intuindo, não apresentam respostas fáceis e apontam a necessidade de investigação e aprendizagem contínua, somente alcançável através da pesquisa sistemática.

---

<sup>156</sup> BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e tecnologia – SEPLANTEC. Superintendência de Planejamento Estratégico. *A indústria Calçadista na Bahia*. Salvador: Superintendência de Planejamento Estratégico, 2000.

<sup>157</sup> ENGELS, Frederick. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, Lisboa: Ed. Presença, 1975. Cap. 1 As Grandes Cidades. Pp 43-110.

<sup>158</sup> HALL, Peter. *A Cidade da Noite Apavorante*. In: *Cidades do Amanhã*. S. Paulo: Perspectiva, 1988.

<sup>159</sup> RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Urbanidade e Vida Metropolitana*. Rio de Janeiro: JOBTRAN – Livraria e Editora, 1996.

Nesse sentido, a pesquisa aqui apresentada representa apenas um ponto de partida para outros estudos, na tentativa de compreender os impactos que podem vir a acontecer neste cenário, ainda opaco, onde encontram-se inseridas, não só a cidade de Itapetinga e outras de sua Região, como também outras cidades baianas que passam por processos semelhantes dentro da dinâmica contemporânea urbano industrial do Brasil.

## REFERÊNCIAS

A TARDE. *Itapetinga vive uma nova etapa de desenvolvimento*. Salvador, 12 dez. 2000. Municípios, caderno 4, p.1, 4, 5 e 6.

A TARDE. *Itapetinga emerge como pólo de desenvolvimento do Sudoeste*. Salvador, 16 dez. 2000. Municípios, Caderno 4, p.3.

AMIN, Ash. e ROBINS, Kevin. *Retorno das Economias Regionais? A Geografia Mítica da Acumulação Flexível*. In: BENKO G. e LIPIETZ A.(Org.). *As regiões Ganadoras. Distritos e Redes: os Novos Paradigmas da Geografia Urbana*. Oeiras: Celta Editora, 1994.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. *Cidades da Bahia*. Salvador: SEI, 1997 (Série Estudos e Pesquisas, 35), 158p.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. *Classificação dos Municípios Baianos*. Salvador: SEI, 1998.

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e tecnologia – SEPLANTEC. Superintendência de Planejamento Estratégico. *A indústria Calçadista na Bahia*. Salvador: Superintendência de Planejamento Estratégico, 2000.

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e tecnologia – SEPLANTEC. Superintendência de Planejamento Estratégico. *Quatro Cantos da Bahia*. Salvador: Superintendência de Planejamento Estratégico, 2001. 109 p.

BAHIA. SESAB – Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Centro de Estudo da Saúde do Trabalhador – CESAT. Documento Técnico nº 032/2000. *Mapeamento Preliminar de na empresa Calçados Azaléia Nordeste S/A*. Salvador: CESAT, 2001.

BASTIDE, René. *Usos e Sentidos do termo “Estrutura”*. São Paulo: EDUSP.1971.

BENKO, Georges e LIPIETZ, Alain O Novo Debate Regional: Posições em Confronto In: BENKO, Georges e LIPIETZ, Alain(Org.). *As regiões Ganadoras. Distritos e Redes: os Novos Paradigmas da Geografia Urbana*. Oeiras: Celta Editora, 1994.

BENKO, Georges. *Organização Econômica do Território: Algumas Reflexões Sobre a evolução do Século XX* In: Economia Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI. S. Paulo: HUCITEC, 1999.

BODDY, Martin. Reestruturação industrial, pós-fordismo e novos espaços industriais: uma crítica. In: VALADARES , Lícia e Preteceille, Edmond (Coord.) *Reestruturação*



*urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel; [Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro]. 1990.p.120 – 148.

BRASIL. Decreto de Lei n.º 5.452 de 1.º de maio de 1943. Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

BRASIL. Lei nº 5.764 de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativistas e dá outras providências.

BRASIL Lei 6.766 de 19 de Dezembro de 1979 que dispõe sobre o parcelamento do solo e dá outras providências.

BRASIL. *Constituição Da República Federativa Do Brasil*.1998. Brasília: Ministério da Educação,1989.

BRASIL. Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001. *Estatuto da Cidade*.

CALÇADOS AZALÉIA S/A. Gerência Setorial de Bens e Consumos não Duráveis. *O Caso da Azaléia do Nordeste: Uma Experiência de Benefícios Sociais Gerados em Projetos Privados*. [S.l], maio de 2001.

CAPEL, Horacio. *Capitalismo y Morfología Urbana en España*. Barcelona: Círculo de lectores, 1990. 156 p.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo: Utopias e Realidades*. 5.ª Ed. São Paulo: Perspectiva.1998.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL –CAR (BA).*Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável. –PDRS Sudoeste da Bahia – Salvador: CAR,1999.*

COSTA, Heloísa Soares de Moura e MONTE-MOR, Roberto Luis de Melo. *Cidades industriais planejadas e a exclusão da força de trabalho* In: Anais do Encontro Nacional da ANPUR 6. FARRET, Ricardo L. (Org.).Brasília: IPPUR/UFRJ, 1995.p. 420-430.

ENGELS, Frederick. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, Lisboa: Ed. Presença, 1975. Cap. 1 As Grandes Cidades. Pp 43-110.

FAINSTEIN, Susan. *The Changing World Economy and Urban Restructuring*. In: FAINSTEIN, S. & CAMPBELL, S. *Reading in Urban Theory*, Malden, Mass.: Blackwell Publishers, 1996, pp. 170-186.

FERNANDES, Ana et al. *A modernização do campo nos cerrados baianos* In: Revista Espaços e Debates n.º 25, S. Paulo, 1988.

GOTTDIENER, Mark. A teoria da crise e a reestruturação sócio-espacial: o caso dos Estados Unidos. In: VALADARES, Lícia e Preteceille, Edmond (Coord.) *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel; [Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro]. 1990. p. 59 – 78.

HALL, Peter. *A Cidade da Noite Apavorante*. In: *Cidades do Amanhã*. S. Paulo: Perspectiva, 1988.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 351p.

HASSEGAWA, Welliton Rezende. *A Crise da Economia Pecuária Bovino-Extensiva da Micro-Região Pastoril de Itapetinga: Subordinação, Conflito e Mudanças nas Relações de Produção nos Últimos 30 anos*. (Mestrado em Ciências Agrárias) - Universidade Federal da Bahia – UFBA, Cruz das Almas. Orientador Prof. Amílcar Baiardi. 1992. 220f.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 1940. IBGE: 1940.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 1950. IBGE: 1950.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. XX v. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse preliminar do senso agropecuário de 1960. IBGE: 1960.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 1960. IBGE: 1960.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 1970. IBGE: 1970.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 1980. IBGE: 1980.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PPM, Produção Pecuária Municipal. V. 8, n.º 2 Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PPM, Produção Pecuária Municipal. V. 11, n.º 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PPM, Produção Pecuária Municipal. V. 14, n.º 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 1991. IBGE: 1991.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem da população, 1996. IBGE: 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PPM, Produção Pecuária Municipal. V. 11, n.º 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Informações Básicas Municipais 1999. IBGE: 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000. IBGE: 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2000. Resultados do Universo. IBGE: 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE – Cidades@. Síntese Itapetinga – BA. Acesso em 15 mar. 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. SIDRA, Sistema IBGE de Recuperação Automática. IBGE: 2002.

ITAPETINGA. *Decreto de Lei n.º 1.094 de 04 de Janeiro de 1979.*

ITAPETINGA. *Lei Municipal N.º 360 de 1982. Aprova o Plano Diretor Urbano da Cidade de Itapetinga e dá outras providências.* Itapetinga, 1982.

ITAPETINGA. *Lei Municipal N.º 361 de 1982. Dispõe sobre o ordenamento do uso e ocupação do solo da área de atuação do Plano Diretor Urbano da Cidade de Itapetinga.* Itapetinga, 1982.

ITAPETINGA. *Lei Municipal N.º 362 de 1982. Dispõe sobre o parcelamento do solo da Cidade de Itapetinga e dá outras providências.* Itapetinga, 1982.

ITAPETINGA. *Lei Municipal N.º 363 de 1982. Institui o Código de Edificações da Cidade de Itapetinga e dá outras providências.* Itapetinga, 1982.

ITAPETINGA. *Lei Orgânica do Município.* Itapetinga, 1990.

JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: ou a lógica cultural do capitalismo tardio.* São Paulo: Ática. 1996.

JANNUZZI, Paulo de Martino e KEINERT, Ruben César. *Distribuição espacial da população, desenvolvimento regional e as novas demandas públicas no interior paulista*. In: Anais do Encontro Nacional da ANPUR 6. FARRET, Ricardo L. (Org.). Brasília: IPPUR/UFRJ, 1995. p.407-419.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gubenkian, 1993. 563 p.

LEBORGNE, Danielle e LIPIETZ, Alain. Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. IN: VALADARES, Lícia e Preteceille, Edmond (Coord.) *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel; [Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro]. 1990.p.17– 40.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1991. 145p.

LENCIONI, Sandra. *Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada*. In: Revista Espaços e Debates, S. Paulo, 1988.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalismo e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LUBAMBO, Catia Wanderley. *Urbanização e Desenvolvimento Regional: a Dinâmica Recente da Região Nordeste*. In: Anais do Encontro Nacional da ANPUR 6. FARRET, R. (Org.). Brasília: IPPUR/UFRJ, 1995. p.347-359.

MOURA, Judith Jabur de. *Histórias e Causos de Itapetinga*. Itapetinga: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1998. 245p.

NERY, Antônio da Silva. *Juvino Oliveira: Vida e Obra*. Itapetinga: Dimensão, 1995.

OLIVEIRA, Juvino. Itapetinga é isso. In: NERY, Antônio da Silva. *Juvino Oliveira: Vida e Obra*. Itapetinga: Dimensão, 1995.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. *Itapetinga, patrimônio histórico modernista. Quem diria?*. IN: Jornal Dimensão, ano XXVIII, n.º 1.031. Itapetinga, 19 de dezembro de 1998.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão de et al. *Feliz Cidade: Metodologia em Desenho Urbano*. Vitória da Conquista: UESB, 2000. 35p.

PIORE, Michel e SABEL, Charles. *The second industrial divide*. New York: Basic Books, 1984.

PORTO, Edgar et al. *O Empreendimento da Azaléia em Itapetinga*. Não publicado. 21 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA. *Itapetinga*. Itapetinga: Prefeitura Municipal de Itapetinga, Maio de 1970. Edição comemorativa dos acontecimentos sociais de Itapetinga. 47 p.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Urbanidade e Vida Metropolitana*. Rio de Janeiro: JOBTRAN – Livraria e Editora, 1996. 117 p.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Dos Cortiços aos Condomínios Fechados: As Formas de Produção de Moradia na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997. p 97-39.

SALES, Débora de L. Nunes. *Introdução ao Planejamento como Processo Pedagógico em Busca da Cidadania*. 1993. 131 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Orientador: Prof. Pedro de Almeida Vasconcelos.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. Parecer Técnico sobre a área afetada pelo decreto n.o 1.229 de 02/03/1983, da Prefeitura Municipal de Itapetinga.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. *Formas Urbanas: Cidade Real e Cidade Ideal; contribuição ao estudo urbanístico de Salvador*. Salvador: Quarteto Editora/PPG/AU, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1999. 432 p.

SANTOS, Milton. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: VALADARES, Lícia e Preteceille, Edmond (Coord.) *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel; [Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro]. 1990. p.183-191.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 3.<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Nobel, 1992. 88p.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo; globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Guerra dos Lugares*. In Jornal Folha de São Paulo, 08 de set. de 1999. Caderno Mais.

SCHWARZ, Roberto. *As Idéias fora do lugar*. São Paulo, Estudos CEBRAP, n.3, (1973).

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Estatística dos Municípios Baianos 2000. SEI: 2000.

SINGER, Paul. I. *Economia Política e Urbanização*. 3. ed. CEBRAP, Brasiliense, 1976.

STORPER, Michael. A industrialização e a questão regional no Terceiro Mundo. In: VALADARES, Lícia e Preteceille, Edmond (Coord.) *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel; [Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro]. 1990.p.120 – 148.

TAVARES, Hermes Magalhães. *Planejamento regional e integração – um estudo comparativo* In: Anais do Encontro Nacional da ANPUR 6. FARRET, Ricardo L. (Org.).Brasília: IPPUR/UFRJ, 1995. p. 40-52.

TEIXEIRA, Francisco e GUERRA, Osvaldo. *50 Anos da Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica* .In: Bahia Análise e Dados, V. 1. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2000. p. 87-98.

UFBA, SAAU - Serviço de Assessoria em Arquitetura e Urbanismo – *Proposta de Plano Diretor para Itapetinga*. Itapetinga: UFBA/ Prefeitura Municipal de Itapetinga, 1972.

VAINER, Carlos B. A configuração de novos espaços regionais e a emergência de novos atores políticos ou neorregionalismo de base popular: realidade e possibilidades. In: Anais do Encontro Nacional da ANPUR 6. FARRET, Ricardo L. (Org.).Brasília: IPPUR/UFRJ, 1995. p.1033-1045.

**ANEXOS**

## ANEXO A – INFORMAÇÕES BÁSICAS DO GRUPO AZALÉIA EM 2001.

### Fabricas e Localização

Complexo Industrial da Matriz	Parobé / RS
Calçados Azaléia São Sebastião Ltda	São Sebastião do Cai / RS
Azaléia Calçaddos	São Sebastião do Cai / RS
Azaléia Calçados Novo Hamburgo LTDA	Novo Hamburgo / RS e Uruguaiana / RS
Calçados Azaléia do Nordeste S/A	Itapetinga / BA e Itaporanga d'Ajuda / SE

### Principais produtos

Calçados femininos	Azaléia e Djean
Tênis esportivos	Olympikus

### Número de Empregados

13.809

### Informações financeiras

Vendas líquidas	R\$ 561,0 milhões
Exportações	R\$ 112,0 milhões
Lucro líquido	R\$ 53,7 milhões
Valor do ativo real	R\$ 593,3 milhões
Valor do patrimônio líquido	R\$ 333,6 milhões

### Volume de Vendas

Vendas Totais	34,7 milhões de pares
Vendas no mercado interno	26,7 milhões de pares
Exportações	7,9 milhões de pares

FONTE: Calçados Azaléia S/A <sup>160</sup>

<sup>160</sup> CALÇADOS AZALÉIA S/A. Gerência Setorial de Bens e Consumos não Duráveis. *O Caso da Azaléia do Nordeste: Uma Experiência de Benefícios Sociais Gerados em Projetos Privados*. [S.I.], Maio de 2001.p.3.



## ANEXO B – RELAÇÃO DE PESSOAS ENTREVISTADAS.

Billy Graan – Secretário de Urbanismo e Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Itapetinga (Gestão: 1989 - 1992).

Eliphaz Levy de Assis – Gerente Regional de Itapetinga da Coelba ( 1970 – 1989).

Emerson Campos – Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Itapetinga (Gestão: 1973 – 1976) e estudioso da História de Itapetinga.

Francisco Barbosa Mororó – Proprietário da Mororó Imobiliária.

Geremias Filho de Brito – Secretário de Urbanismo e Obras e Públicas da Prefeitura Municipal de Itapetinga (Gestão: 1997 – 2000 e 2001 - 2002).

José Henrique Fernandes – Secretário de Urbanismo e Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Itapetinga (Gestão: 1970 – 1971).

Luiz Nunes – Secretário de Urbanismo e Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Itapetinga (Parte da Gestão: 83 – 88) e diretor do SAAE (Gestão 1997 – 2002).

Sinval Nunes – produtor rural, atual proprietário do Hotel Goitacaz e atuante nos principais empreendimentos ocorridos no primeiro e no segundo período estudados.

Sísíno Galvão – Secretário de Urbanismo e Obras e Públicas da Prefeitura Municipal de Itapetinga (Gestão: 1983 – 1988 e 1993 – 1996).

Zenóbio Cruz Cerqueira – Proprietário da Zenóbio Imóveis

João Calixto Espinheira – Sócio da Astrolina Imobiliária.